

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**WILLIAN MORAES ROBERTO**

**A POLÍTICA EXTERNA DO IRÃ E O IMPACTO DO CONFLITO NA SÍRIA:  
ALTERAÇÕES GEOPOLÍTICAS REGIONAIS E A ESTRATÉGIA IRANIANA**

**Porto Alegre**

**2015**

## CIP - Catalogação na Publicação

Roberto, Willian Moraes

A política externa do Irã e o impacto do conflito na Síria: alterações geopolíticas regionais e a estratégia iraniana / Willian Moraes Roberto. -- 2015.

82 f.

Orientador: Paulo Fagundes Gilberto Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Irã. 2. Política externa do Irã. 3. Oriente Médio. 4. Guerra na Síria. I. Visentini, Paulo Fagundes Gilberto, orient. II. Título.

**WILLIAN MORAES ROBERTO**

**A POLÍTICA EXTERNA DO IRÃ E O IMPACTO DO CONFLITO NA SÍRIA:  
ALTERAÇÕES GEOPOLÍTICAS REGIONAIS E A ESTRATÉGIA IRANIANA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

**Porto Alegre**

**2015**

**WILLIAN MORAES ROBERTO**

**A POLÍTICA EXTERNA DO IRÃ E O IMPACTO DO CONFLITO NA SÍRIA:  
ALTERAÇÕES GEOPOLÍTICAS REGIONAIS E A ESTRATÉGIA IRANIANA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Aprovado em: Porto Alegre, 7 de dezembro de 2015.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro  
UFRGS

*Dedico este trabalho a todos os povos do Oriente Médio,  
estigmatizados por suas escolhas religiosas e desgastados pela perene  
interferência estrangeira em sua região.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à República Federativa do Brasil pela oportunidade de realizar meus estudos no ensino superior em uma universidade pública e de altíssima qualidade. Agradeço também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Faculdade de Ciências Econômicas pelo excelente ensino que tive e pelo apoio sempre prestado por seus funcionários em qualquer situação necessária.

Foi uma grande honra ter realizado o curso de Relações Internacionais na UFRGS, que merecidamente honra o título de melhor curso do Brasil graças à sua qualidade acadêmica e à constante busca por conhecimento e visão crítica que incita nos seus alunos. Nesse sentido, agradeço imensamente ao corpo de professores que compartilharam de seus conhecimentos nesses últimos cinco anos e que serviram de exemplo para meu futuro profissional.

Especialmente, agradeço ao Prof. Dr. Paulo Visentini, o qual desde o terceiro ano de universidade me deu oportunidade para pesquisar e aprofundar meu interesse sobre a região do Oriente Médio e Norte da África, pela qual hoje nutro imenso fascínio, e com o qual pude aprender a aprofundar o senso crítico nas análises internacionais. Agradeço também ao Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins, o qual serviu como um exemplo de acadêmico e de pensador nos anos iniciais do curso, os quais contribuíram imensamente para despertar em mim o gosto da pesquisa e das análises de conjuntura internacional. Não poderia deixar de citar e agradecer aos projetos de extensão UFRGSMUN e UFRGSMUNDI, que fizeram parte da minha caminhada nas Relações Internacionais e que não só me permitiram crescer como pessoa, mas também compreender e admirar o real significado da extensão universitária.

Agradeço imensamente a todos os amigos que fiz durante essa caminhada nas Relações Internacionais da UFRGS, cujos laços criados tenho certeza que durarão para sempre. Especialmente, aos meus colegas da Turma 8 e, sobretudo, à Diretoria, um grupo de pessoas incríveis que se tornou uma segunda família para mim, dividindo comigo todos os tipos de momentos e contribuindo para meu amadurecimento. Obrigado Marília Closs, João Arthur Reis, Guilherme Simionato, Giovana Zucatto, João Gabriel Burmann, Henrique Acosta, Giordano Bruno, Renata Noronha, Júlia Tocchetto, Ana Paula Calich, Bruna Jaeger, Mirko Pose. Agradeço também ao Bruno Gomes Guimarães pela amizade criada desde o início e pelo incentivo pela minha participação nos diversos modelos e na extensão. Obrigado também aos que ajudaram neste processo final de revisão, especialmente Marília Closs, Bruno Guimarães e Júlia Tocchetto, bem como a todos aqueles que colaboraram de uma forma ou de outra no processo de criação deste trabalho – desde sua concepção até o fim.

Finalmente, agradeço a minha família, especialmente aos meus pais, Leda Regina Moraes Roberto e José Roberto, os quais sempre me forneceram todo o apoio necessário para escolher meu rumo na vida, que nunca deixaram de se esforçar para me amparar quando necessário e que servem como exemplos de pessoas para meu futuro. Agradeço também à Marília Closs, minha companheira nos últimos quase quatro anos, cujo carinho e apoio foram fundamentais nessa trajetória. Pela confiança mútua de sempre, pelo compartilhamento dos mais diversos momentos juntos e por tudo que crescemos, muito obrigado.

You in the West have been sold the idea that the only options in the Arab world are between authoritarian regimes and Islamic jihadists. That's obviously bogus.

Mohamed El-Baradei

A política internacional não é mais um jogo de soma zero, mas sim uma arena multidimensional onde a cooperação e a competição geralmente ocorrem simultaneamente. Ultrapassada é a era das disputas de sangue. Dos líderes mundiais é esperado que liderem e transformem ameaças em oportunidades.

Hassan Rouhani

## RESUMO

O presente trabalho analisa o impacto das recentes mudanças geopolíticas no Oriente Médio sobre a política externa do Irã, tendo como foco os eventos desencadeados a partir de 2011 na Síria. Defende-se que Damasco é peça fundamental para a estratégia regional empregada pelo Irã e que por esse motivo o país tornou-se alvo dos adversários da República Islâmica. Argumenta-se que o conflito sírio é um ponto de inflexão regional e que ele foi instrumentalizado pelos rivais regionais do Irã, os quais buscaram derrubar o regime de al-Assad a fim de romper as relações estratégicas de Teerã com seus outros aliados, como o Hezbollah e o Hamas. Como consequência, a guerra na Síria enfraqueceu a posição iraniana no Oriente Médio, o que, junto das sanções econômicas, levou a República Islâmica a moderar sua política externa a partir da eleição de Hassan Rouhani em 2013. Dessa forma, mudanças regionais precipitaram alterações na postura internacional do Irã, que hoje tem de enfrentar tanto a ameaça do Estado Islâmico quanto o desafio de um novo tipo de relação com os Estados Unidos.

**Palavras-chave:** Irã; Política externa do Irã; Oriente Médio; Guerra na Síria.



## **ABSTRACT**

This paper analyzes the impact of recent geopolitical changes in the Middle East on Iran's foreign policy, focusing on the events in Syria from 2011 onwards. It is argued that Damascus is a key component of the Iranian regional strategy and that for this reason this country has become the target of the Islamic Republic's opponents. It is maintained that the Syrian conflict is a regional turning point and that it was exploited by Iran's regional rivals, who sought to topple the al-Assad regime in order to sever the strategic relations of Tehran and its other allies, such as Hezbollah and Hamas. As a result, the war in Syria has weakened Iran's position in the Middle East, which, alongside with the economic sanctions, led the Islamic Republic to moderate its foreign policy after Hassan Rouhani's election in 2013. Therefore, regional changes precipitated adjustments over the international stance of Iran, which nowadays has to face both the Islamic State threat and the challenge of a new relationship with the United States of America.

**Keywords:** Iran; Iranian foreign policy; Middle East; Syrian War.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Irã no Oriente Médio.....	19
Figura 2 – O Eixo de Resistência.....	33
Figura 3 – Principais Forças na Síria no Início de 2014.....	45
Figura 4 – Extensão do EI em Março de 2015.....	70

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAH	—	Asa'ib Ahl al-Haq
AFAB	—	Brigadas de Abu al-Fadl al-Abbas
AIEA	—	Agência Internacional de Energia Atômica
AIOC	—	Companhia Anglo-Iraniana de Petróleo
AQI	—	Al-Qaeda no Iraque
CIA	—	Agência Central de Inteligência dos EUA
CNS	—	Conselho Nacional Sírio
DGSE	—	Direção Geral da Segurança Exterior da França
EI	—	Estado Islâmico
EII	—	Estado Islâmico do Iraque
ELS	—	Exército Livre da Síria
EUA	—	Estados Unidos da América
IRGC	—	Exército dos Guardiões da Revolução Islâmica
ISIS	—	Estado Islâmico do Iraque e da Síria
KH	—	Kata'ib Hezbollah
MI6	—	Serviço Secreto de Inteligência do Reino Unido
ONU	—	Organização das Nações Unidas
P5+1	—	Cinco Membros Permanentes do Conselho de Segurança da ONU e Alemanha
URSS	—	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VANT	—	Veículo Aéreo Não Tripulado

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>AS BASES DA POLÍTICA EXTERNA IRANIANA E A ESTRATÉGIA DE MAHMOUD AHMADINEJAD .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>As bases da política externa iraniana.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2</b>	<b>A política externa de Mahmoud Ahmadinejad e a estratégia do Eixo de Resistência .....</b>	<b>28</b>
<b>3</b>	<b>A CRISE NA SÍRIA E A DISPUTA REGIONAL NO ORIENTE MÉDIO .....</b>	<b>36</b>
<b>3.1</b>	<b>A formação do Eixo de Resistência e a centralidade da Síria.....</b>	<b>36</b>
<b>3.2</b>	<b>A rivalidade saudita-iraniana e a guerra na Síria como fator de desestabilização regional .....</b>	<b>39</b>
<b>3.3</b>	<b>A resposta iraniana e os impactos da crise síria para a República Islâmica.....</b>	<b>47</b>
<b>4</b>	<b>HASSAN ROUHANI E AS ALTERAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA IRANIANA: IMPACTOS PARA A RELAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS E COM A REGIÃO .....</b>	<b>52</b>
<b>4.1</b>	<b>A eleição de 2013 e a vitória de Hassan Rouhani: fatores internos e externos .....</b>	<b>52</b>
<b>4.2</b>	<b>A nova política externa de Rouhani para os Estados Unidos: engajamento construtivo e o acordo nuclear.....</b>	<b>57</b>
<b>4.2.1</b>	<i>Os Estados Unidos durante a administração Obama e a busca pelo desengajamento</i>	<b>58</b>
<b>4.2.2</b>	<i>O acordo nuclear iraniano .....</i>	<b>62</b>
<b>4.3</b>	<b>A política externa de Rouhani frente ao desafio regional do Estado Islâmico.....</b>	<b>65</b>
<b>4.3.1</b>	<i>A ascensão do Estado Islâmico .....</i>	<b>65</b>
<b>4.3.2</b>	<i>A resposta do Irã ao Estado Islâmico: pragmatismo e oportunidades geopolíticas....</i>	<b>69</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>74</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A região do Oriente Médio é historicamente central para a geopolítica mundial dada sua riqueza em recursos energéticos, principalmente o petróleo, e sua localização estratégica entre três continentes – Europa, Ásia e África. Esses fatores, “[...] que deveria[m] ser uma dádiva para a região, acab[aram] atraindo a cobiça internacional, gerando terríveis deformações na história do Oriente Médio” (VISENTINI, 2002, p. 14). Dada esta ingerência concomitante de diversas potências externas, o Oriente Médio configura-se como a “[...] região do mundo que conheceu as maiores tensões e confrontos armados de forma contínua, durante todo o século XX, constituindo um verdadeiro pivô das relações internacionais” (VISENTINI, 2002, p. 13). Mais recentemente, a partir do século XXI, esta região testemunhou uma escalada de instabilidade desde a deflagração da Guerra ao Terror até os eventos decorrentes das revoltas árabes a partir de 2011.

Mesmo que essa seja uma região marcadamente multipolar, com diversos países detendo consideráveis capacidades militares e econômicas (BUZAN; WAEVER, 2003), o Oriente Médio polarizou-se, pelo menos desde 2003, entre dois campos políticos (WEHREY et al, 2010; MOHNS; BANK, 2012). Um deles orbita ao redor dos Estados Unidos, abrangendo países como Israel, Arábia Saudita, Jordânia e Egito, e outro, ao redor da República Islâmica do Irã, envolvendo a Síria e outros atores não estatais, como o Hezbollah libanês e o Hamas palestino. Portanto, ao buscar analisar mudanças na política externa recente do Irã, este trabalho investiga não apenas um dos principais polos da região, mas também o país que encabeça um dos campos da atual polarização do Oriente Médio.

A competição estratégica entre os Estados Unidos e a República Islâmica do Irã também envolve seus respectivos aliados e tem sido um fato constante para o Oriente Médio. É por isso que chama a atenção a assinatura do acordo em relação ao programa nuclear iraniano, negociado ainda em 2013 a partir da eleição do novo presidente do Irã, Hassan Rouhani, e formalizado em 2015. Esse tipo de aproximação pode demonstrar uma mudança na relação de confronto entre Teerã e Washington e, conseqüentemente, pode afetar a própria polarização do Oriente Médio. Paralelamente, percebe-se que a região também vem passando por inúmeras turbulências geopolíticas, principalmente a partir de 2011 com a guerra na Síria. Tais eventos serviram de impulsos para que se formulasse o seguinte problema de pesquisa deste trabalho: quais foram os motivos para a alteração da política externa do Irã após a eleição de Rouhani e de que forma isso se relaciona com a situação regional do Oriente Médio?

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivos: 1) compreender de que maneira as mudanças geopolíticas no Oriente Médio, a partir da crise na Síria, impactaram a estratégia regional até então adotada pelo Irã; e 2) analisar como tais eventos influenciaram para que houvesse uma alteração na política externa iraniana após a eleição de Hassan Rouhani. O recorte principal da análise recai sobre a Síria, uma aliada historicamente central para a estratégia regional do Irã e pelo fato de seu conflito envolver todas as forças atuantes no Oriente Médio.

Nesse sentido, esta pesquisa procura compreender como a variável “situação regional” – alterada drasticamente desde 2011 – pode ter influenciado a política externa do Irã. Considera-se como pressuposto, portanto, que os imperativos geopolíticos de um país são determinantes para a condução de sua política externa – em especial nessa região do mundo. Como coloca Hinnebusch (2003, p. 91, tradução nossa): “[e]m um sistema de Estados como o Oriente Médio, onde a militarização regional aumentou consideravelmente as ameaças externas, estas geralmente tem precedência na agenda de política externa dos Estados”. Além disso, “é a posição geopolítica de um Estado que especificamente define as ameaças e oportunidades que ele encontra” (HINNEBUSCH, 2003, p. 91, tradução nossa), visto que é a vizinhança do país que define suas fronteiras, as zonas tampão e mesmo as esferas de influência buscadas. Portanto, o trabalho justifica-se não só pela necessidade de entender a atual alteração na política externa iraniana, mas também como forma de entender a conjuntura securitária regional.

A fim de buscar responder a pergunta de pesquisa, o presente trabalho também considera como outro pressuposto a existência de dois pontos de inflexão na história recente do Oriente Médio: 1) a invasão ao Iraque por parte dos Estados Unidos em 2003; e 2) as revoltas árabes a partir de 2011. Ambos são considerados eventos que marcam profundamente a região e a alteram de maneira decisiva, forçando um reordenamento de relações e estratégias por parte dos atores envolvidos. Com isso, tais pontos de inflexão remodelam as forças geopolíticas que agem como fator da política externa dos Estados. Para o caso iraniano, a invasão estadunidense ao Iraque incentivou um comportamento confrontacionista com os Estados Unidos e seus aliados, ao passo em que os eventos subsequentes às revoltas árabes em 2011 constrangeram o Irã a adotar uma postura mais pragmática e moderada.

A invasão ao Iraque em 2003, lançada dentro do contexto da Guerra ao Terror, teve duas grandes consequências. A primeira delas foi o fato de os Estados Unidos terem efetivamente se consolidado como a principal potência extrarregional do Oriente Médio, tornando-se um componente fixo da balança de poder da região (MEARSHEIMER, 2011).

Completava-se, assim, um processo que se iniciara desde o estabelecimento de bases nas petromonarquias, com a Guerra do Golfo em 1991 (MEARSHEIMER, 2011). A segunda consequência foi a desestruturação da ordem até então vigente no Golfo Pérsico, nucleada ao redor de Iraque, Irã e Arábia Saudita (BUZAN; WAEVER, 2003). Com a invasão do Iraque em 2003, o equilíbrio anterior do Golfo colapsou completamente, e o Irã livrou-se de seu principal rival – o que se tornou um ganho estratégico para a República Islâmica (CHUBIN, 2012; FRIEDMAN, 2011). Isso possibilitou a polarização entre os dois campos aqui já citados, dada a ascensão e maior assertividade por parte do Irã e a prostração dos Estados Unidos em guerras no Iraque e no Afeganistão (WEHREY et al, 2010).

Esse rearranjo regional ocasionado pela guerra do Iraque de 2003 foi abalado pelo outro ponto de inflexão regional aqui considerado: as revoltas árabes a partir de 2011, também chamadas de Primavera Árabe. De modo geral, tais movimentos são fruto de um processo de modernização que o Oriente Médio atravessa. O aumento da população árabe nos últimos anos foi acompanhado de uma crescente alfabetização e disseminação de tecnologias da informação, fazendo com que o povo árabe se tornasse cada vez mais letrado e consciente de sua situação. A onda de protestos de 2011 clamou por maior liberdade política e por valores democráticos, mas, principalmente, por uma melhora nas suas condições de vida nas esferas social e econômica (VISENTINI, 2014). Eventualmente, os protestos chegaram à Síria, que viu essas manifestações se transformarem em uma guerra civil imensamente penetrada por potências regionais e extrarregionais, cada qual buscando interesses geopolíticos próprios. Os dois principais polos do Golfo – Irã e Arábia Saudita – projetaram suas forças para dentro do conflito sírio, internacionalizando o confronto e o transformando em uma guerra proxy pela influência da região (BANDEIRA, 2013; CHUBIN, 2012; GAUSE III, 2014; KISSINGER, 2014).

Diante dessa contextualização, argumenta-se, como hipótese principal, que a crise na Síria, a partir de 2011, desgastou a estratégia regional que vinha sendo adotada pelo Irã até então, baseada no que se chama de Eixo de Resistência (MOHNS; BANK, 2012; LEVERETT; LEVERETT, 2013), e que tal desgaste colaborou para que Teerã buscasse adotar uma postura internacional de maior moderação a partir da eleição de Hassan Rouhani. Três hipóteses auxiliares reforçam a hipótese principal. Como primeira hipótese auxiliar, alega-se que, a partir de 2003, o Irã projetou-se na região de maneira ascendente e relativamente bem-sucedida através de sua rede de alianças e parcerias estratégicas do Eixo de Resistência. Como segunda hipótese auxiliar, defendemos que as recentes alterações na geopolítica do Oriente Médio – crise na Síria e, posteriormente, no Iraque – são frutos,

sobretudo, da disputa estratégica regional entre Arábia Saudita e Irã, que é a principal dinâmica na região atualmente, e que esse conflito impactou decisivamente Teerã. Já como terceira hipótese auxiliar, argumentamos que a nova política externa do Irã procura maior moderação e estabilidade, tendo impacto tanto para sua relação com os Estados Unidos quanto para o Oriente Médio como um todo.

A fim de cumprir o objetivo aqui proposto e analisar nossas hipóteses, o presente trabalho divide-se em cinco partes: esta introdução, que contextualiza a pesquisa, três capítulos para o desenvolvimento do problema, e uma conclusão que traça as considerações finais. O primeiro capítulo do desenvolvimento procura compreender a estratégia empregada pelo Irã até o momento da crise na Síria, analisando a lógica de confrontação que o presidente Mahmoud Ahmadinejad seguia. Para tanto, busca-se, primeiramente, apontar as bases estruturais da política externa iraniana, para depois analisar a estratégia própria da política externa de Ahmadinejad, incluindo o chamado Eixo de Resistência.

O segundo capítulo busca compreender, em um primeiro momento, o papel-chave estratégico da Síria para o Irã dentro da lógica do Eixo de Resistência. Em seguida, busca-se apontar para como os rivais de Teerã na região perceberam na crise síria a oportunidade de enfraquecer a posição iraniana através da derrubada do regime de Bashar al-Assad, o que levou a uma internacionalização deste conflito.

Por fim, o terceiro capítulo procura analisar, primeiramente, o contexto da eleição de Rouhani e a nova postura de política externa por ele adotada. Após, analisam-se as mudanças já perceptíveis na relação de Teerã com os Estados Unidos e com sua própria região. Por fim, traçam-se algumas considerações finais sobre o trabalho.



## **2 AS BASES DA POLÍTICA EXTERNA IRANIANA E A ESTRATÉGIA DE MAHMOUD AHMADINEJAD**

O Irã tem se destacado como um dos atores regionais mais importantes do Oriente Médio, sobretudo após sua revolução em 1979, que transformou o país em uma República Islâmica. Desde então, Teerã vem sustentando uma postura de autonomia e independência, desafiando o *status quo* regional predominantemente de alinhamento ao ocidente. Nos anos mais recentes, sob a presidência de Mahmoud Ahmadinejad, o Irã viveu um período de relativa ascensão no Oriente Médio, tendo se destacado por sua política externa de forte retórica e por seu ativismo regional intenso. A partir de 2011, entretanto, com a crise na Síria, Teerã passou a enfrentar problemas mais sérios, comprometendo sua até então ascendente trajetória.

Para que se entenda como esses recentes desenvolvimentos no Oriente Médio afetaram o Irã, é preciso compreender a política externa seguida pelo país até então e sua estratégia para região. Com tais objetivos, este capítulo se divide em dois momentos. Primeiramente, busca-se apontar e avaliar as bases estruturais da política externa do Irã, ou seja, aspectos recorrentes na sua história que se sustentam independentemente do governo vigente. Segundo, analisam-se as principais características da política externa iraniana durante o período Ahmadinejad, para depois investigar mais profundamente sua estratégia regional, incluindo já a lógica do aqui chamado Eixo de Resistência, que envolve a Síria e outros atores do Oriente Médio.

### **2.1 As bases da política externa iraniana**

A política externa do Irã possui duas características estruturais, moldadas ao longo dos anos pela geopolítica de sua localização territorial bem como pelas percepções do país: 1) o desejo e a ambição de ser uma potência regional reconhecida (EHTESHAMI, 2002; PARSI, 2007; TAKEYH, 2009); 2) a percepção de interferência externa nos assuntos internos do país como fonte de muitos de seus problemas (POLLACK 2005; EHTESHAMI, 2002; ABRAHAMIAN, 2008; PARSI, 2007). Além disso, a política externa iraniana, após a Revolução de 1979, apresentou um vetor adicional: a ideologia pan-islâmica. Ainda assim, mesmo com um fator ideológico, o Irã continuou sendo um ator racional e pragmático, com uma política externa ditada, sobretudo, por interesses nacionais. De fato, esse vetor novo – e, portanto, não estrutural – passou a ser instrumentalizado na busca dos objetivos iranianos

(EHTESHAMI, 2002; TAKEYH, 2009; PARSI, 2007). É necessário que se esclareça esse aspecto pragmático de sua política externa já que constantemente o Irã é taxado de irracional e imprevisível, condições que, se verídicas, tornariam impossíveis quaisquer tipos de negociações com o país.

Quanto à primeira característica estrutural, a ambição de tornar-se uma potência regional reconhecida, Ehteshami (2002) assegura que esse é um antigo elemento da política externa iraniana. Parsi (2007) afirma que para os iranianos e, principalmente, para sua elite política, seu país é o hegemona natural do Golfo diante da impossibilidade de outros Estados se equipararem ao poder, à história e à cultura iraniana. Esse sentimento seria derivado de sua antiga história como civilização e de sua estratégica localização territorial – em um importante cruzamento da Eurásia e ao lado do Golfo Pérsico.

O Irã se vê como unicamente qualificado para determinar, no mínimo, o destino da sub-região do Golfo. Além disso, ele se vê como um dos únicos poucos Estados “naturais” do Oriente Médio, que, pela virtude de ser uma antiga e territorialmente estabelecida civilização [...], pode e deve ter uma influência para além de suas fronteiras (EHTESHAMI, 2002, p. 286, tradução nossa).

Herdeiro do Império Persa, uma superpotência de sua época (séc. VI a.C.) que se estendia do Mar Egeu ao Afeganistão, do Mar Negro ao Nilo, o Irã tem em sua história uma fonte de imenso orgulho e uma experiência concreta de primazia regional, que o difere de seus vizinhos (POLLACK, 2005). Além disso, no século XVI, o Irã foi dominado pela dinastia Safávida, a qual converteu seus súditos ao xiismo, legado que prevalece até hoje: é o país com a maior população xiita do mundo. Somados, o legado persa e a singularidade da preponderância xiita fortalecem o sentimento nacional iraniano de excepcionalismo na região (POLLACK, 2005).

Após a derrocada do Império Persa e séculos de dominação estrangeira, o ímpeto em direção à supremacia regional reemergiu e teve seu ápice durante a década de 1960 e 1970 do século XX, sob o governo do Xá Mohammed Reza Pahlavi (EHTESHAMI, 2002). Aliado ao campo ocidental durante a Guerra Fria, no centro do esquema de contenção aos soviéticos no Oriente Médio – o Pacto de Bagdá – e dotado da quarta maior reserva de petróleo do mundo e da segunda maior reserva de gás natural, o Xá procurou fortalecer o Estado iraniano e as capacidades militares do país ao máximo (EHTESHAMI, 2002).

A partir dos anos 1960, o Irã viveu a expansão do seu setor petrolífero, crescendo a mais de 12% ao ano por mais de uma década: em 1963, o país lucrava cerca de 370 milhões de dólares por ano, ao passo que em 1969 esse valor já aumentara para mais de 790 milhões de dólares (POLLACK, 2005). Aproveitando-se disso, o Xá buscou comprar armas

estadunidenses, fornecendo petrodólares para a administração Johnson enquanto os Estados Unidos se envolviam mais profundamente no Vietnã. A crise do petróleo, e o aumento do preço deste recurso a partir de 1973, possibilitou a inundação dos cofres iranianos de divisas, com o país passando a lucrar cerca de 17,8 bilhões de dólares ao ano e com seu PIB crescendo 34% em 1973 e 42% em 1974 (PARSI, 2007). Em meio ao gasto com enormes quantidades de armamentos modernos, o Xá declarou que o Irã se tornaria a terceira maior potência militar do planeta – atrás apenas dos Estados Unidos e da União Soviética – e a única nação capaz de manter a paz e estabilidade no Oriente Médio (POLLACK, 2005; PARSI, 2007).

Figura 1 – O Irã no Oriente Médio



Fonte: LEVERETT; LEVERETT, 2013, p, 46

A administração Nixon incentivou e consolidou a construção do Irã como uma potência regional (PARSI, 2007). O presidente dos Estados Unidos, em meio ao desgaste do país no Vietnã, desenvolveu a Doutrina Nixon, segundo a qual os atores regionais passariam a ficar responsáveis pela maior parte da segurança das regiões em que se encontravam. Nesse contexto, o Irã procurou assumir tal papel. Como explica Parsi (2007), desde 1966 o Xá já declarava aos Estados Unidos que tinha interesse de se tornar o “policia do Golfo”, protegendo os interesses estadunidenses na região. Entretanto, foi em 1972 que Nixon e Kissinger viajaram a Teerã e estabeleceram a doutrina dos Pilares Gêmeos, segundo a qual Washington passava oficialmente a contar com o Irã e a Arábia Saudita para resguardarem

seus interesses no Oriente Médio. Em troca, Nixon autorizou que o Xá iraniano comprasse qualquer armamento desenvolvido pelos Estados Unidos, com exceção de armas nucleares – privilégio que nenhum outro aliado estadunidense jamais possuiu (PARSI, 2007).

O Xá, assim, teve a oportunidade de finalmente concretizar suas ambições, já que detinha amplos recursos financeiros, estava legitimado por Washington a se expandir regionalmente e tinha amplo acesso ao arsenal estadunidense – sendo o Irã, em 1977, destino de 50% de todas as armas vendidas pelos Estados Unidos (PARSI, 2007). Teerã mantinha relações intensas com Israel, com os países árabes – que desconfiavam da tentativa do Irã de alcançar hegemonia regional – e chegou a intervir nos conflitos do Chifre da África entre Somália e Etiópia, também passando a patrulhar o Oceano Índico com sua marinha (PARSI, 2007).

O Irã sentia naquele momento que estava na posição de mudar a estrutura política da região e assumir um status de pivô. [...] Tendo algo a dizer em toda decisão regional – como uma potência global tem em todas as decisões globais – o Xá podia garantir que a materialização de seu sonho de tornar o Irã a potência proeminente na região seria sustentada (PARSI, 2007, p. 41, tradução nossa).

A megalomania do Xá e seu governo extremamente repressivo foram interrompidos pela Revolução de 1979 e a ascensão do Aiatolá Khomeini ao poder. Entretanto, a política externa adotada pela nascente República Islâmica, além de ser extremamente nacionalista, não era menos ambiciosa que a do Xá (PARSI, 2007). A ideologia encabeçada pelo Líder Supremo continuava a considerar o Irã no centro de uma ordem regional. Esta, porém, era uma ordem islâmica, com o Irã na vanguarda de um movimento de revolução e libertação através do Islã político de populações subjugadas por governos repressivos e impopulares (TAKEYH, 2009).

O vetor pan-islâmico passou a ser usado pelo Irã para transpor a lacuna que existia entre árabes e persas – tão frisada pelos regimes árabes que desconfiavam do Xá. Mais que persa ou iraniano, o Irã representaria o mundo muçulmano, e a religião forneceria sua legitimidade para liderar (PARSI, 2007). Takeyh (2009) afirma que a República Islâmica deu continuidade, ainda que em outro contexto, à percepção de excepcionalismo iraniano: Teerã seria a “cidade islâmica sobre a colina”, em uma comparação à autoimagem dos Estados Unidos como “uma brilhante cidade sobre a colina”, expressando sentimentos como messianismo e excepcionalismo.

Além disso, com o discurso de vanguarda revolucionária islâmica, o Irã passou a adotar a estratégia de exportação da revolução logo após 1979 (KISSINGER, 2014). Teerã

seria fonte de ajuda externa a grupos que procurassem derrubar seus governos, apoiando retoricamente levantes no Bahrein, Iraque e Arábia Saudita. A concretização maior da exportação da revolução teria sido a criação do grupo xiita Hezbollah, no contexto da guerra civil libanesa, até hoje fortemente ligado ao Irã (TAKEYH, 2009). Nesse sentido, percebe-se que há uma instrumentalização do discurso religioso e revolucionário, usando a ideologia para expandir a influência iraniana pela região, como no Levante através do Hezbollah (TAKEYH, 2009; PARSI, 2007).

Com o tempo, porém, o Irã enfrentou os problemas tradicionais de outros Estados revolucionários: teve de decidir entre seus interesses nacionais e a ideologia, optando pelo primeiro (PARSI, 2007). Em meio à guerra com o Iraque (1980-1988) e à imposição de sanções contra o país, Teerã encerrou sua política de exportação revolucionária, ainda que os laços com os atores islâmicos não estatais tenham permanecido. Durante os anos 1980 e 1990, o Irã sofreu um grande processo de isolamento, o que conteve seu ímpeto em direção à consolidação do país como potência regional (EHTESHAMI, 2002; TAKEYH, 2009). Somente nos anos 2000, sob a presidência de Mahmoud Ahmadinejad, que essa característica da política externa foi reavivada, bem como se aumentou o apoio a grupos islâmicos regionais.

Em relação à segunda característica estrutural da política externa iraniana, a percepção de interferência externa nos assuntos internos do país como fonte de muitos de seus problemas, percebe-se que suas raízes são profundamente históricas. Ehteshami (2002) afirma que, dada a localização geográfica estratégica do Irã, o país sempre esteve na rota de dominação de outros impérios, principalmente o britânico e o russo, para depois testemunhar a ingerência dos Estados Unidos em sua política interna. Assim, desde a queda do Império Persa até pelo menos a segunda metade do século XX, “a histórica impotência do Irã face a influência estrangeira deixou uma profunda e aparentemente permanente cicatriz na psique iraniana” (EHTESHAMI, 2002, p. 285, tradução nossa).

Após a dissolução do Império Persa, o Irã apenas voltou a ser governado por dinastias nativas no século XVI, sob os Safávidas. Depois, em meio a invasões de povos turcos e afgãos, no final do século XVIII emergiu a dinastia Qajar, que reinou até a ascensão dos Pahlavi em 1925. O reinado Qajar foi caracterizado por um Estado militar e burocraticamente fraco, com pouca capilaridade social, e pela profunda ingerência do Império Britânico ao sul, localizado na Índia, e as investidas militares do Império Russo ao norte, que tomou diversos territórios iranianos no Cáucaso (ABRAHAMIAN, 2008). Em quase constante crise financeira frente à competição com as potências europeias, os Qajares foram obrigados a

oferecer concessões e monopólios de seus recursos aos britânicos e russos em troca de empréstimos, sendo a mais marcante a Concessão Reuter, em 1872, que permitia que somente os ingleses construíssem ferrovias, represas, estradas e plantas industriais além de explorar as minas de minérios do país (ABRAHAMIAN, 2008).

Em 1907, frente ao crescimento da Alemanha no período anterior à Primeira Guerra Mundial, os britânicos e os russos resolveram suas disputas no Irã através de um acordo que dividiu o território do país em três esferas de influência oficiais: o norte ficaria para os russos, o sul para os britânicos, garantindo benefícios especiais a ambos os impérios, e apenas o centro seria livre para os iranianos (POLLACK, 2005). Exemplo marcante do poder estrangeiro é o fato de que, em 1911, os russos invadiram militarmente o norte do Irã sob a justificativa de que os Qajares haviam contratado técnicos estadunidenses para fazer parte da administração pública – o que seria proibido segundo o acordo de 1907, que permitia que apenas russos trabalhassem no norte do Irã (POLLACK, 2005). O poderio externo parecia sempre ditar as regras para o país.

A dinastia Qajar foi substituída pela dinastia Pahlavi em 1925, quando ascendeu ao trono o Xá Reza Pahlavi. A ingerência estrangeira, porém, não cessou, mesmo com os esforços da nova dinastia em criar um Estado mais forte e centralizado, com um forte exército capaz de resistir às potências extrarregionais (ABRAHAMIAN, 2008). Apesar de lograr diversos resultados nesse sentido, em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, as forças Aliadas invadiram novamente o território do Irã e derrubaram o Xá, colocando seu filho, Mohammed Reza Pahlavi de fachada no trono, onde permaneceu até 1979. Toda a infraestrutura do país foi posta à disposição do transporte de suprimentos dos outros aliados, direcionados à União Soviética a fim de sustentar seu esforço de guerra contra a Alemanha Nazista (ABRAHAMIAN, 2008; POLLACK, 2005).

Após a guerra, durante os anos 1950, o novo Xá Mohammed Reza Pahlavi buscou capitalizar sobre o profundo sentimento de humilhação que o povo iraniano sentia e sobre o nacionalismo que germinava no país. Entretanto, o poder do Xá foi superado pelo Primeiro-Ministro Mohammed Mossadegh, líder da nacionalista Frente Nacional no parlamento. Mossadegh sabia que o principal recurso iraniano era o petróleo. Frente a isso, e observando a exploração abusiva da *Anglo-Iranian Oil Company* (AIOC), petrolífera britânica que retirava 70% de sua produção do Irã e repassava pouquíssimo do lucro ao país, Mossadegh exigiu a nacionalização do petróleo (POLLACK, 2005). O Primeiro-Ministro inicialmente solicitou a renegociação da concessão com a AIOC, mas Londres negou. Dado o enorme apoio público que recebeu, não só Mossadegh conseguiu efetivamente governar o país entre 1951 e 1953,

com o Xá meramente figurando nos bastidores, como o Primeiro-Ministro também concluiu a nacionalização dos campos de petróleo (POLLACK, 2005).

Ainda que inicialmente reticentes, em 1953 os Estados Unidos colaboraram com o Reino Unido, através da CIA, para orquestrar um golpe e derrubar Mossadegh através da Operação Ajax (ABRAHAMIAN, 2008). Os iranianos viram, então, potências extrarregionais derrubarem um segundo governante de seu país em menos de trinta anos, e especialmente um líder marcado pelo seu nacionalismo e por seu enfrentamento aos interesses ocidentais, simbolizados na britânica AIOC. A Operação Ajax e a queda de Mossadegh deixaram uma marca que o Irã não esqueceria até os dias de hoje (POLLACK, 2005; ABRAHAMIAN, 2008).

Além disso, o golpe colocou de volta ao poder o Xá Mohammed Reza Pahlavi, que passou a ser apoiado incondicionalmente pelos Estados Unidos durante os anos 1960 e 1970, conforme já visto, o que colaborou para que o povo o visse como uma marionete estadunidense, cuja repressão interna era legitimada por Washington (PARSI, 2007). De fato, nos últimos anos do governo do Xá, mesmo a administração Carter, marcada por sua ênfase aos direitos humanos, pouco disse sobre a repressão perpetrada pelo líder iraniano. Exatamente um ano antes da Revolução de 1979, quando protestos já eclodiam por todo o país, Carter chegara a firmar que o Irã era “uma ilha de estabilidade em um turbulento canto do mundo” (POLLACK, 2005, p. 124).

Não espanta, portanto, que a República Islâmica instaurada em 1979 por Khomeini viria a enfatizar tanto sua autonomia e independência frente ao resto do mundo. Era a autonomia do país que traria a liderança regional iraniana, diferentemente da época do Xá, que buscava essa posição através do alinhamento com os Estados Unidos (LEVERETT; LEVERETT, 2013). O fato de que os norte-americanos e a maioria dos países árabes da região apoiaram substancialmente o Iraque durante sua guerra com o Irã (1980-1988), com dinheiro e armas, reforçou ainda mais a percepção em Teerã de que forças do exterior queriam derrubar a República Islâmica (TAKEYH, 2009). Desse modo, ficam claros os motivos por trás da quase obsessiva preocupação com interferência externa por parte de potências extrarregionais na postura iraniana (EHTESHAMI, 2002).

Por fim, cabe tratar da questão da racionalidade e do pragmatismo da República Islâmica, a despeito de toda sua retórica e ideologia. Conforme já visto, a busca pela liderança regional e a insistência da minimização de interferência estrangeira permaneceram como características da política externa do país após 1979. O que de fato mudou foi sua estratégia: incorporou-se o vetor ideológico pan-islâmico e rejeitou-se o alinhamento ao ocidente

(EHTESHAMI, 2002). A política externa iraniana deste então continuou sendo conduzida por seus interesses nacionais, utilizando-se da ideologia, em geral, como instrumento para alcançar os objetivos do país, dentro de uma conduta racional e bastante pragmática.

Já durante os anos 1980, o Irã precisou agir de forma pragmática e racional para garantir sua sobrevivência frente à guerra com o Iraque. Diante do apoio financeiro e material de mais de 100 bilhões de dólares proveniente da Arábia Saudita e do Golfo aos iraquianos (LEVERETT; LEVERETT, 2013), o Irã necessitou adquirir armas e munições no exterior. Apesar de toda a retórica que Teerã empregava contra Israel, foi em Tel Aviv que a República Islâmica encontrou uma fonte secreta de equipamentos militares, já que Israel também via em Bagdá uma grande ameaça (PARSI, 2007). Através de canais encobertos e intermediários, o Irã teria adquirido cerca de 500 milhões em armas de Israel em troca de petróleo entre 1980-1983, com apoio tácito da administração Reagan – o que ficou conhecido como o escândalo “Irã-Contra” (PARSI, 2007). Ainda que, ao ser revelado ao público, ambos os lados tenham negado, principalmente o Irã, e que a partir de então Reagan tenha se aproximado do Iraque, o evento aponta para o pragmatismo de Teerã em um crítico momento imediatamente após a revolução.

Outro pontual exemplo é o desenrolar da guerra civil libanesa. Mesmo que o Irã tenha ajudado a criar, equipar e treinar o grupo xiita Hezbollah no Líbano em 1982 sob a retórica da exportação da revolução, a relação de Teerã com sua única aliada árabe, a Síria, que ajudava Teerã no esforço de guerra contra o Iraque, foi privilegiada. O interesse nacional mais uma vez se sobrepôs ao ímpeto revolucionário. Com efeito, dentro do Líbano, todas as vezes que o Hezbollah entrou em conflito com a milícia xiita aliada à Síria, a Amal, o Irã permitiu que o equilíbrio alcançado fosse ditado primariamente por Damasco (HIRST, 2010). Além disso, durante os anos 1980, o regime de Hafez al-Assad, presidente da Síria à época, reprimiu brutalmente a oposição islâmica interna, personalizada na Irmandade Muçulmana, outro grupo que pregava pelo Islã político. Apesar da retórica de apoio aos grupos islâmicos regionais, o Irã silenciou-se diante dos fatos, apontando para a primazia dos interesses nacionais do país: a manutenção da aliança com a Síria (HIRST, 2010).

Terminada a guerra contra o Iraque e após a morte de Khomeini em 1989, uma nova era começava para Teerã. O país passou a ser governado pelo novo Supremo Líder Aiatolá Khamenei e o presidente Ali Akbar Rafsanjani. Encontrando-se o Irã exaurido em termos econômicos devido à guerra, era imperativo reconstruir o país. Teerã passou a adotar uma política externa mais moderada, que colocava os interesses nacionais a frente de qualquer



ideologia – encerrando por hora a retórica da exportação da revolução e da derrubada da ordem regional existente (TAKEYH, 2009).

Buscando um tipo de reconciliação que trouxesse consigo investimentos e ganhos comerciais, o Irã posicionou-se pragmaticamente na Guerra do Golfo em 1991, adotando uma postura de neutralidade colaborativa (PARSI, 2007). Teerã não só condenou a invasão iraquiana e demandou que Bagdá obedecesse às resoluções da ONU, como autorizou o uso de seu espaço aéreo e marítimo pelas forças da coalizão internacional – em grande parte constituídas pelos Estados Unidos (PARSI, 2007). Além disso, quando uma revolta xiita se iniciou no sul do Iraque contra o regime de Saddam Hussein, o Irã recusou-se a apoiar o levante e a exportar sua revolução (PARSI, 2007).

Após ter mostrado os benefícios que cooperar com o Irã poderia trazer tanto para o Golfo quanto para os próprios Estados Unidos, Rafsanjani procurou capitalizar sobre sua postura colaborativa na Guerra do Golfo. Propôs então o estabelecimento de uma arquitetura de segurança regional conjunta sobre o Golfo Pérsico, entre Teerã e o Conselho de Cooperação do Golfo<sup>1</sup> (PARSI, 2007). A proposta, porém, foi rechaçada pelas petromonarquias, que assinaram acordos de defesa com os Estados Unidos para que este instalasse bases militares em seus territórios de forma que ficasse responsável pela segurança do Golfo Pérsico (PARSI, 2007).

Não bastasse isso, em 1991 os Estados Unidos encabeçaram a Conferência de Madri a fim de resolver a disputa entre Israel e Palestina, que significaria a construção de uma nova ordem regional que aceitava Tel Aviv e que possibilitaria uma integração econômica entre os países da região. O Irã foi o único grande país relevante excluído das negociações, além do Iraque, o que levou Teerã a interpretar o gesto como uma clara tentativa de excluí-lo da nova ordem regional e mantê-lo marginalizado (PARSI, 2007).

Surgia aí uma nova característica fundamental do processo de política externa iraniana: a partir dos anos 1990, toda vez que o Irã tomou iniciativas em direção a um novo entendimento ou uma *détente* com seus vizinhos ou com Washington, recebeu um não como resposta. Isso instantaneamente servia para fortalecer a posição conservadora e linha-dura dentro do país, que apontava para a impossibilidade da reconciliação entre Teerã e seus adversários políticos e que apenas o uso da força faria com que o Irã fosse levado a sério na

---

<sup>1</sup> O Conselho de Cooperação do Golfo é uma organização regional da Península Arábica composto por Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos (EAU), Kuwait, Omã e Qatar. Essa instituição é uma organização de segurança coletiva que agrega todas as petromonarquias do Golfo Pérsico e que foi criada em 1981 com fins securitários, principalmente devido à Revolução Iraniana de 1979 e a ameaça de sua exportação para a Península Arábica (VISENTINI, 2014).

região (MOUSSAVIAN, 2014; PARSI, 2007; LEVERETT; LEVERETT, 2013). De fato, os anos 1990 foram marcado pelo momento unipolar dos Estados Unidos no Oriente Médio, o que para o Irã representou a construção de uma ordem regional que excluía Teerã e na qual Washington não via motivos para dialogar com a República Islâmica (KECK, 2013).

Prova disso é que, após ter colaborado na Guerra do Golfo e ter sido excluído da arquitetura de segurança regional e da Conferência de Madri, o presidente Rafsanjani perdeu poder frente à posição linha-dura clerical interna e o Irã passou a ver a paz de Israel com seus vizinhos como uma ameaça à sua posição. Excluído do processo decisório regional, Teerã passaria a radicalizar sua política externa e a sabotar o processo de paz junto de atores como o Hamas na Palestina, principalmente a partir da assinatura dos Acordos de Oslo em 1993<sup>2</sup>. O objetivo era demonstrar os custos que a exclusão do Irã traria para a região e para as políticas dos Estados Unidos (PARSI, 2007). Com uma retórica mais agressiva, percebe-se que novamente a ideologia foi instrumentalizada para cumprir os novos interesses estratégicos do país, não de maneira irracional e nem como primeira opção.

Teerã seguiu esse caminho de política externa até 1997, quando foi eleito para presidente do Irã o clérigo Khatami, que acreditava que os custos da exclusão e de uma postura desafiadora na arena internacional eram pesados demais para serem sustentados pelo país. Advogando uma política externa de “diálogo entre civilizações”, Khatami realizou diversos sinais em favor de uma *détente*, mostrando novamente a preponderância dos interesses nacionais do país (TAKEYH, 2009). De fato, melhoras ocorreram na relação do Irã com o resto do mundo, principalmente com o Golfo e com a Europa, e mesmo, em menor medida, com os Estados Unidos. Entretanto, a situação pioraria novamente a partir de 2001 e do governo George W. Bush.

Logo após os atentados de 11 de setembro de 2001 e dos Estados Unidos declararem a Guerra ao Terror como novo mote de sua política externa, o Irã demonstrou explicitamente solidariedade aos norte-americanos (PARSI, 2007). Ainda, o Irã se dispôs a colaborar com Washington na guerra contra o Talibã no Afeganistão, já que possuía uma forte presença no país graças a grupos aliados a Teerã, como a Aliança do Norte<sup>3</sup>. Graças ao inimigo em comum, surgiu um ponto de convergência entre os interesses dos Estados Unidos e do Irã, o

---

<sup>2</sup> O Acordo de Oslo foi assinado depois de negociações secretas entre Israel e a Organização para Libertação da Palestina (OLP), em 1993, e resultaram em um reconhecimento mútuo entre Tel Aviv e o grupo palestino, que passaria a compor a Autoridade Palestina. Acreditava-se que esse seria o primeiro passo para uma normalização da situação Israel-Palestina e o embrião de um futuro acordo de paz (PARSI, 2007).

<sup>3</sup> A Aliança do Norte foi um grupo criado no norte do Afeganistão em 1996 cujo objetivo comum era a luta contra o regime do Talibã. Um grupo de destaque eram os Hazaras, xiitas afegãos, com os quais o Irã possuía boas relações. Nesse sentido, a Aliança do Norte apoiou a campanha dos Estados Unidos no Afeganistão a partir de 2001 com operações terrestres contra o Talibã, o que foi feito com apoio e incentivo do Irã (PARSI, 2007).

que foi aproveitado pelo governo iraniano de maneira racional e pragmática. Diálogos secretos iniciaram-se em Genebra entre o Irã e os Estados Unidos em outubro de 2001, e ambos os países coordenaram suas ações no Afeganistão (MOUSSAVIAN, 2014; PARSI, 2007).

Em dezembro, na Conferência de Bonn, a comitiva diplomática iraniana foi fundamental para formar o novo governo afegão, representando um grande momento de triunfo para o Irã (PARSI, 2007). “Não só um grande inimigo do Irã – o Talibã – fora derrotado, como o Irã também pôde demonstrar como ele poderia estabilizar a região e como os Estados Unidos se beneficiariam de uma melhor relação com Teerã” (PARSI, 2007, p. 229, tradução nossa). Apesar disso, em janeiro de 2002, George W. Bush incluiu o país como parte do Eixo do Mal, principalmente por pressão de Israel e dos neoconservadores de seu governo dado o apoio iraniano ao Hezbollah e ao Hamas – considerados grupos terroristas pelos Estados Unidos –, o que foi um golpe para Khatami (PARSI, 2007).

A situação se tornaria ainda pior com a iminente invasão norte-americana do Iraque em 2003. Teerã percebia que o novo governo em Washington não estava hesitando em usar a força e que logo haveria tropas dos Estados Unidos em ambos os lados do país. Somado ao fato de ter sido incluído no Eixo do Mal, o Irã temia que poderia ser o próximo alvo (PARSI, 2007). Nesse contexto, e a fim de conter possíveis danos futuros, o Irã tomou uma importante iniciativa: um documento secreto, conhecido por poucos além de Khatami e de Khamenei, foi enviado ao Departamento de Estado, através do embaixador da Suíça, para que chegasse a George W. Bush (PARSI, 2012). Era uma proposta em que o Irã se dispunha a: abrir suas instalações nucleares para supervisão internacional<sup>4</sup>, influenciar o Hezbollah a tornar-se um partido político sem braço armado, diminuir o apoio ao Hamas, ajudar na luta contra o terrorismo e na estabilização do Iraque, além de aceitar a proposta saudita de dois Estados no conflito Israel-Palestina. Em troca, o Irã pedia uma mudança estratégica por parte dos Estados Unidos: que cessassem com a retórica de mudança de regime contra Teerã, que encerrassem as sanções e aceitassem o direito de uso civil de energia nuclear, além de reconhecer oficialmente os interesses securitários legítimos do Irã na região (PARSI, 2012; PARSI, 2007;

---

<sup>4</sup> O programa nuclear iraniano é um foco de tensão entre o ocidente, principalmente os Estados Unidos, e a República Islâmica do Irã. Os países ocidentais, junto de Israel, acusam Teerã de estar enriquecendo urânio para a produção de uma bomba nuclear. Os iranianos, por sua vez, afirmam que o programa é destinado apenas a fins civis. Como o Irã é signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear, Teerã afirma que tem o direito soberano de enriquecer urânio para fins energéticos. O programa nuclear iraniano foi iniciado em 1957 com o auxílio dos Estados Unidos, tendo se desenvolvido posteriormente em parceria com a Alemanha Ocidental, França e África do Sul. Após a Revolução de 1979 seu desenvolvimento estancou, sendo retomado apenas a partir dos anos 1990. O programa tornou-se público desde 2002, quando a inteligência estadunidense e israelense detectaram instalações nucleares não declaradas pelo Irã (LEVERETT; LEVERETT, 2013).

LEVERETT; LEVERETT, 2013). O documento foi a prova mais clara de que o governo em Teerã era racional e pragmático, visto que, caso contrário, jamais teria feito tamanhas concessões aos Estados Unidos.

A resposta veio de Donald Rumsfeld, secretário de Defesa de Bush, e do vice-presidente Dick Cheney, que simplesmente afirmaram que os Estados Unidos não negociariam com o “mal” (PARSI, 2007; REGAN, 2007). Em um momento em que sentiam-se no auge de seu poder, assim como na Conferência de Madri de 1991, os Estados Unidos acreditavam que não era necessário negociar nem ceder ao Irã, visto que seus objetivos poderiam ser alcançados sem oferecer nada em troca e através de uma posição de força (PARSI, 2007).

Para o Irã, a resposta negativa estadunidense representou um segundo fracasso de Khatami, o que serviu para consolidar a posição dos linha-dura, aprofundada quando as negociações secretas em Genebra – vigentes desde 2001 quando da invasão ao Afeganistão – se encerraram em maio de 2003. “Como no período de 1991-1993 [...], a decisão de Washington fortaleceu aqueles em Teerã que argumentavam que os Estados Unidos seriam compelidos a negociar somente se a eles fosse imposto um custo por não o fazerem” (PARSI, 2007, p. 256, tradução nossa).

Dessa forma, o caminho estava traçado para a ascensão de Mahmoud Ahmadinejad, em 2005, que misturaria o desejo de o Irã ser potência regional, a desconfiança com o estrangeiro e o sentimento da incapacidade de o país ser reconhecido senão através da força. Sua postura assertiva e sua retórica agressiva não seriam estimuladas por irracionalidade ou apenas por sua ideologia, mas pelas experiências recentes que o Irã teve ao oferecer concessões ao governo Bush e nada receber em troca.

## **2.2 A política externa de Mahmoud Ahmadinejad e a estratégia do Eixo de Resistência**

Mahmoud Ahmadinejad elegeu-se presidente do Irã em 2005, durante um momento de intensa mudança no Oriente Médio. A guerra contra o Afeganistão e a invasão do Iraque pelos Estados Unidos foram um divisor de águas na região. Para o Irã, a queda do regime Talibã e de Saddam Hussein representou tanto oportunidades quanto novas ameaças: Teerã agora se encontrava livre de dois de seus inimigos, mas, ao mesmo tempo, encontrava-se com tropas estadunidenses em suas fronteiras leste e oeste, além daquelas já estacionadas ao sul no Golfo Pérsico. Dentro desse contexto, Mahmoud Ahmadinejad procurou traçar uma estratégia que capitalizava sobre o que percebia como ganhos estratégicos adquiridos pelo Irã, ao mesmo

tempo em que procurava precaver-se para o caso de uma ofensiva estadunidense contra a República Islâmica.

Com a invasão do Iraque e a derrubada do regime de Saddam Hussein, o Irã encontrou-se livre de seu principal adversário militar. A posição iraquiana como contrapeso efetivo ao Irã no Oriente Médio encontrava-se anulada, efetivamente derrubando a balança de poder até então vigente no Golfo entre Bagdá e Teerã (FRIEDMAN, 2011). Nesse novo contexto, o Irã ganhou a oportunidade de aprofundar sua influência do Golfo Pérsico ao Levante, aumentando sua margem de manobra na arena regional (WEHREY et al, 2010).

Somado à resistência encontrada dentro do Iraque pelos Estados Unidos, que os prendeu em uma custosa ocupação no país, Washington viu materializar-se um cenário geopolítico bastante ruim para si: o Irã se tornara o poder local predominante na região e apenas os próprios Estados Unidos encontravam-se aptos a balanceá-los. Isso, porém, representaria um custo ainda maior para um país já prostrado em duas guerras no exterior (FRIEDMAN, 2011). Como também coloca Parsi:

A administração Bush acelerou e facilitou a emergência do Irã como um ator central no Oriente Médio ao derrubar seus rivais imediatos – o Talibã do Afeganistão e Saddam Hussein no Iraque – do tabuleiro geopolítico. Nenhuma potência regional pode balancear e conter o Irã sem extensivo apoio dos Estados Unidos – e com o custo dessa política aumentando, sua sustentabilidade se torna questionável (PARSI, 2007, p. 278, tradução nossa).

O estacionamento de tropas dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque e a maior liberdade garantida ao Irã, como resultado indireto dessas ações, acabaram por posicionar Washington e Teerã como os principais atores securitários regionais (WEHREY et al, 2010). Efetivamente, o Oriente Médio se polarizou em dois campos opostos, com diferentes redes de alianças nucleadas ao redor de cada um destes dois países (MOHNS; BANK, 2012).

Os Estados árabes sunitas aliados do campo hegemônico ocidental, como Arábia Saudita, Jordânia e Egito, mudaram sua percepção em relação ao poder iraniano, passando a temer o aumento da influência de Teerã na região (WEHREY et al, 2010; NASR, 2006). A ascensão de um governo xiita no Iraque, o segundo Estado árabe mais populoso do Oriente Médio, aprofundou ainda mais esse sentimento, principalmente pelo fato das novas lideranças em Bagdá possuírem laços históricos com o Irã, construídos durante o regime de Saddam Hussein quando estavam em exílio no território iraniano (NASR, 2006). Os regimes árabes sunitas passavam a temer que a ordem vigente até então na região estivesse desmoronando e que o empoderamento dos xiitas no Iraque pudesse servir de exemplo para suas próprias populações subjugadas e marginalizadas em termos políticos (NASR, 2006).

Essa era a situação da região quando Ahmadinejad tornou-se presidente da República Islâmica em 2005. Diferentemente do período anterior à invasão do Iraque, quando Teerã sentia-se acuado, o Irã agora percebia que os Estados Unidos teriam grandes problemas para controlar os resultados das guerras que desencadearam (MOUSSAVIAN, 2014). Assim, Ahmadinejad e o grupo linha-dura que ascendeu ao poder junto do novo presidente argumentavam que era hora de alterar os rumos da política externa iraniana.

Diante da possibilidade de capitalizar sobre a nova situação geopolítica regional, Ahmadinejad adotou uma nova lógica de desafio às demandas e pressões ocidentais (MOUSSAVIAN, 2014). Acreditando que os Estados Unidos não abririam uma nova frente de guerra contra o Irã dada a situação norte-americana e convencido de que nenhum tipo de colaboração ou *détente* era possível, Ahmadinejad estava confiante de que uma postura confrontacionista lhe renderia ganhos estratégicos (MOUSSAVIAN, 2014).

Assim, a invasão norte-americana do Iraque em 2003 desencadeou um rearranjo geopolítico, cujo resultado foi uma situação regional que incentivou um comportamento de confronto com os Estados Unidos e seus aliados por parte do Irã. Como coloca Keck (2013), Teerã viu uma janela de oportunidade para expandir sua influência como uma potência regional ao perceber que Washington se encontrava lutando contra insurgências em dois países ao mesmo tempo. Esse é um novo momento nas relações entre Irã e Estados Unidos, diferente daquele do final da Guerra Fria até a invasão do Iraque: agora era Teerã que acreditava estar em ascendência na região. Sob tais circunstâncias, o Irã tinha poucas razões para se acomodar com Washington (KECK, 2013).

Ademais, ao colocar-se como o principal Estado que desafiava a hegemonia estadunidense, a República Islâmica adquiriu um grande apelo popular frente a todos os grupos que se ressentiam com a política norte-americana para o Oriente Médio (ROSTAMI-POVEY, 2010). Os linha-dura também acreditavam que, se o Irã se tornasse mais agressivo ante a questão de Israel, a população muçulmana do mundo árabe se manifestaria em seu apoio (MOUSSAVIAN, 2014). Teerã procurou explorar o ressentimento contra a ocupação israelense na Palestina e o crescente antiamericanismo diante das invasões dos Estados Unidos à região e da postura cruzadista que a guerra ao terror assumiu (MOUSSAVIAN, 2014; LEVERETT; LEVERETT, 2013). Além disso, ao colocar-se como um Estado popular frente à opinião pública muçulmana, também seria difícil para os governos árabes sunitas condenar Teerã sem serem vistos como posicionados ao lado dos Estados Unidos e de Israel (LEVERETT; LEVERETT, 2013; ROSTAMI-POVEY, 2010; TAKEYH, 2009). Assim, uma

retórica mais agressiva e ideológica voltou a ser empregada pelo Irã, novamente a serviço de objetivos nacionais.

Também cabe salientar que as duas características estruturais da política externa iraniana foram ressaltadas durante a era Ahmadinejad. Perante o cerco militar dos Estados Unidos, com tropas ao leste, sul e oeste do Irã, o presidente iraniano procurou adotar uma postura que negasse a possibilidade de Washington influenciar seus eventos internos, procurando reforçar com sua retórica agressiva a posição do país diante de uma potência extrarregional. Quanto ao intento de consolidar-se como potência regional, Takeyh (2009) afirma que o diferencial do governo Ahmadinejad foi acreditar que o momento de assumir esse posto havia finalmente chegado.

Dentro desse contexto de uma política externa de confronto com a hegemonia estadunidense e seus aliados regionais, cabe explorar a específica estratégia regional adotada por Ahmadinejad, principalmente o chamado Eixo de Resistência. O objetivo de Teerã na região era: 1) estar preparado para defender-se de possíveis ofensivas de seus inimigos e retaliar caso necessário; e 2) aproveitar a oportunidade de reverter a balança de poder regional, que Teerã considerava como contrária a seus interesses (LEVERETT; LEVERETT, 2013). Como instrumentos para alcançar tais objetivos, Ahmadinejad aprofundou e deu novo sentido a dois conjuntos de políticas que o Irã vinha desenvolvendo já há anos: 1) capacidades assimétricas ou não convencionais; 2) o cultivo de uma rede de alianças pela região dentro da lógica do chamado Eixo de Resistência (LEVERETT; LEVERETT, 2013; CORDESMAN, 2014; MOHNS; BANK, 2012; CHUBIN, 2012).

Ressalta-se que o primeiro instrumento compreende, sobretudo, capacidades militares internas do Irã, principalmente em relação ao Golfo Pérsico e ao programa nuclear do país, enquanto o segundo está ligado à articulação de uma rede de relações com atores regionais com os mesmos objetivos políticos – a estratégia regional de fato. O principal foco desse trabalho recai sobre o segundo instrumento, já que representa um dos campos da atual polarização do Oriente Médio e tem em seu centro a Síria, epicentro do conflito que eclodiu a partir de 2011, muito em função dessa relação estratégica entre Damasco e Teerã. Ainda assim, analisaremos a questão das capacidades assimétricas para uma compreensão holística da estratégia iraniana em caso de um ataque ao seu território.

Em relação ao desenvolvimento desse tipo de capacidades, Ahmadinejad compreendia que as principais ameaças ao seu país continuavam sendo Israel e os próprios Estados Unidos, além de alguns Estados árabes sunitas, principalmente a Arábia Saudita (LEVERETT; LEVERETT, 2013). Assim, o Irã enfrentava inimigos de maior capacidade tecnológica diante

do contexto de isolamento imposto pelo regime de sanções internacionais contra a República Islâmica (CORDESMAN, 2014).

Eis o motivo para aprofundar e incentivar fortemente o desenvolvimento de capacidades assimétricas: essas são armamentos ou qualquer outro tipo de força que possam ser empregados de forma irregular e híbrida a fim de pressionar, ameaçar ou atacar outras potências de forma que seja difícil combatê-las (CORDESMAN, 2014). Busca-se evitar embates contínuos e diretos e utilizam-se diferentes camadas de defesa constituídas de capacidades militares relativamente baratas e em grande quantidade. O objetivo com isso seria impor custos tão altos a um possível agressor que estes serviriam como uma dissuasão, evitando que o ataque se realizasse (CORDESMAN, 2014). As principais capacidades iranianas para tal estão ligadas a possibilidade de fechar o Golfo através do Estreito de Ormuz<sup>5</sup>, estancando o escoamento de petróleo da região mais rica neste produto<sup>6</sup>, bem como o seu próprio programa nuclear.

Em relação à questão nuclear, o enriquecimento de urânio serve à República Islâmica em termos principalmente securitários e estratégicos. Sob a perspectiva securitária, o enriquecimento de urânio a 20% serviria para criar no Irã a “opção de arma nuclear”: o país chegaria até o limite de suas obrigações como um signatário do Tratado de Não Proliferação (TNP) a fim de fomentar a percepção de que o Irã está dominando a competência de fabricar armas, mas sem o fazer de fato. Isso teria um poder dissuasório maior que a obtenção da arma em si, visto que, nessa posição, um ataque a suas instalações nucleares serviria como pretexto para a criação da bomba (LEVERETT; LEVERETT, 2013). Sob a perspectiva estratégica, o programa nuclear serve a dois fins. De um lado, apontar a hipocrisia ocidental em apoiar e encobrir as armas nucleares não declaradas de Israel e, do outro lado, criar um instrumento de barganha que compele os Estados Unidos a negociarem com a República Islâmica. Serviria, assim, ao propósito de forçar Washington a se engajar com o Irã de maneira séria,

---

<sup>5</sup> A estratégia iraniana para fechar o Golfo e impedir a entrada de navios beligerantes ou mesmo navios comerciais nesse consiste da utilização de: I) minas flutuantes na superfície do Golfo e minas inteligentes no fundo de suas águas; II) mísseis anti-navios (C-801 e C-802) com alcance de 120km, dispersos em diversas ilhas iranianas no Golfo; III) mísseis cruzadores teleguiados Khalij Fars, dispostos na costa iraniana; IV) utilização de grande quantidade de “barcos-voadores” (*flyingboats*) e de barcos de combate de alta velocidade, todos armados com torpedos e mísseis cruzadores, em táticas de “enxame”, onde o inimigo é cercado por grande quantidade de barcos e atacado de diversos lados em táticas ao estilo *hit-and-run*, além da presença de barcos *kamikazes* para destruição de navios petroleiros; e V) minis-submarinos iranianos Ghadir produzidos endogenamente (CORDESMAN, 2014).

<sup>6</sup> Ressalta-se, porém, que esta estratégia iraniana não é entendida pelo país como a mais eficiente para sua defesa. Ela assim se construiu devido às limitações que o Irã sofre no que tange à aquisição e à produção de capacidades militares convencionais sofisticadas e de alto valor agregado. Caso o Irã se abra e possa modernizar-se de forma convencional, é possível que a doutrina militar também se modifique (CORDESMAN, 2014).



reconhecendo-o como uma força regional com interesses securitários legítimos (LEVERETT; LEVERTT, 2013).

Finalmente, o segundo instrumento iraniano é sua rede de alianças no Oriente Médio, aqui chamada pela nomenclatura de Eixo de Resistência (MOHNS; BANK, 2012). Essa rede consiste na aliança entre o Irã, a Síria e os atores árabes não estatais Hezbollah e Hamas e se configura como a base de fato da estratégia regional do Irã (MOHNS; BANK, 2012; BARZEGAR, 2008; ROSTAMI-POVEY, 2010; LEVERETT; LEVERETT, 2013; VISENTINI; ROBERTO, 2015). Tal grupo constitui-se como um dos lados da polarização do Oriente Médio ao longo dos anos 2000 e é caracterizado, em geral, pela postura de “oposição à Israel, rejeição às políticas ocidentais (principalmente dos Estados Unidos) no Oriente Médio, e antagonismo em relação aos países árabes pró-ocidente e a favor do *status quo*, como Egito, Jordânia e Arábia Saudita” (MOHNS; BANK, 2012, p. 25, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Figura 2 – O Eixo de Resistência



Fonte: Elaboração própria, com base em NatGeo MapMaker

Nesse sentido, o Eixo de Resistência não se configura como uma aliança religiosa xiita, visto que o Hamas é um grupo islâmico sunita e a Síria é um Estado com um regime marcadamente secular, nem mesmo como uma aliança militar oficial de segurança coletiva (MOHNS; BANK, 2012). Eis a razão pela rejeição da nomenclatura Arco Xiita, a qual foi cunhada pelo rei Abdullah da Jordânia, em 2004, que apontava para o crescimento da

<sup>7</sup> A lógica do Eixo de Resistência também engloba o relacionamento do Irã com grupos não estatais aliados no Afeganistão e no Iraque. Neste trabalho, porém, o foco recairá sobre o que é considerado o cerne do Eixo de Resistência: a relação Irã-Síria-Hezbollah e, em certa medida, Hamas.

influência iraniana do Golfo ao Levante. Efetivamente, essa é uma rede de relações estratégicas unida por uma postura política semelhante e por compartilharem inimigos em comum; por isso a opção pela nomenclatura “Eixo de Resistência” (MOHNS; BANK, 2012).

A visão mais tradicional, e que prevalece principalmente no ocidente, sobretudo nos Estados Unidos, refere-se aos elos dessa aliança política como *proxies*<sup>8</sup> iranianos (CORDESMAN, 2014). Nesta visão, em caso de um ataque ao território iraniano, esses atores seriam instruídos a retaliar, através da Síria, Líbano, territórios palestinos ou mesmo Iraque, contra o agressor em outro local – o que representaria, na prática, uma forma de dissuasão. Assim, o Eixo de Resistência serviria aos objetivos já citados de Teerã na região: ter chances de defender-se e retaliar frente a possíveis ofensivas de seus inimigos e aproveitar a oportunidade para aumentar sua influência no Oriente Médio (LEVERETT; LEVERETT, 2013).

Porém, é importante ressaltar que, apesar dos interesses conjuntos, os atores do Eixo se diferenciam substancialmente uns dos outros: cada um possui seus próprios objetivos e procura tomar decisões benéficas a si mesmo, sem haver um controle absoluto por nenhuma das partes. A ideia de hegemonia iraniana é errônea, visto que as ações tomadas pelos outros elos do Eixo só são adotadas se esses atores as compreendem como sendo benéficas para eles próprios. O fato de Teerã aproveitar e até instrumentalizar tais atos deve-se somente a uma sintonia de objetivos dentro do Eixo (MOHNS; BANK, 2012). Dessa forma, ainda que Teerã tenha de fato bastante influência e poder de persuasão perante seus aliados regionais, isso por si só não garante uma lealdade inquestionável ou o controle hegemônico sobre o resto do Eixo de Resistência. No fundo, cada elo leva em conta seus próprios interesses em primeiro lugar (WEHREY et al, 2010).

Inserido no centro desse eixo de relações devido às suas capacidades mais desenvolvidas, o Irã conseguiu aproveitar essas alianças de maneira a inseri-las dentro de sua própria estratégia regional. Inegavelmente essas relações com grupos armados, junto da Síria, fornecem ao Irã um instrumento de pressão frente aos seus oponentes regionais. Isso se dá pelo potencial de Teerã incentivar a eclosão de guerras indiretas e de baixa intensidade, principalmente como retaliação, ou mesmo sob a ameaça do Irã apoiar dissidentes internos de seus rivais na região (CORDESMAN, 2014).

Nesse sentido, durante o governo de Ahmadinejad, o Eixo de Resistência tornou-se basilar na projeção de poder iraniano pela região. O presidente iraniano procurou aprofundar e

---

<sup>8</sup> O termo *proxies* diz respeito a grupos que agiriam “por procuração”, na tradução literal, para Teerã. Ou seja, grupos que teriam suas ações coordenadas com o Irã para atingirem objetivos comuns.

aprimorar as capacidades dessa rede de alianças a fim de servir como um instrumento na busca de seus objetivos. Entretanto, a partir das revoltas árabes de 2011, a estratégia iraniana do uso do Eixo de Resistência comprometeu-se, principalmente ao atingir a Síria, peça chave nesse elo de relações.

### **3 A CRISE NA SÍRIA E A DISPUTA REGIONAL NO ORIENTE MÉDIO**

O Oriente Médio presenciou, a partir de 2011, uma série de revoltas populares que eclodiram em países árabes clamando por melhores condições socioeconômicas de vida e por maiores liberdades políticas, movimento que em conjunto ficou conhecido como a Primavera Árabe. Esses protestos chegaram à Síria ainda no começo de 2011 e rapidamente se espalharam pelo país. O regime do presidente sírio, Bashar al-Assad, respondeu com força contra os manifestantes e logo o confronto escalou.

A crise, entretanto, realmente agravou-se na medida em que um enorme grau de interferência estrangeira passou a acometer o país. Isso se deveu, principalmente, por Damasco ser uma peça central no Eixo de Resistência. Gradativamente a guerra civil na Síria transformou-se na manifestação de um conflito regional mais amplo entre os dois campos políticos do Oriente Médio, com o Irã e seus aliados de um lado e, de outro, a Arábia Saudita e as petromonarquias do Golfo com o apoio de Israel, Turquia e os Estados Unidos (AYOOB, 2012; CHUBIN, 2012).

Nesse sentido, este capítulo procura apontar, em um primeiro momento, a centralidade estratégica da Síria dentro do Eixo de Resistência. Em seguida, procura-se demonstrar como a Primavera Árabe criou as oportunidades para que a rivalidade entre o Irã e a Arábia Saudita florescesse de maneira mais aberta, ainda que por meios indiretos. Nesse sentido, também se busca identificar os instrumentos que as petromonarquias e seus aliados utilizaram para interferir no conflito sírio ao longo de sua evolução, o que eventualmente levou ao fortalecimento da presença de radicais islâmicos no país. Por fim, aponta-se o tipo de ajuda que o Irã forneceu ao governo de Bashar al-Assad a fim de que este sobrevivesse, bem como os impactos disso para Teerã e sua estratégia regional.

#### **3.1 A formação do Eixo de Resistência e a centralidade da Síria**

Dentro da lógica do Eixo de Resistência, a Síria é a mais importante das parcerias estratégicas do Irã. Damasco representa “um posto de operações avançadas, um *buffer* estratégico e uma forma de projetar poder e influência no Levante” (CHUBIN, 2012, p. 30, tradução nossa). Como coloca Ayoob (2012, p. 86, tradução nossa), a “Síria é o grande trunfo do Irã no mundo árabe; ela atua como um canal de condução para o Hezbollah, aumentando o potencial de Teerã de retaliação contra alvos estadunidenses e israelenses”. Nesse sentido,

percebe-se que a Síria é um Estado-chave para Teerã ao fornecer as bases da inserção iraniana no Levante e no mundo árabe.

Essa relação do Irã com a Síria originou-se ainda em 1979 como uma resposta aos desafios enfrentados por ambos os países frente às ações do Iraque, Israel e Estados Unidos no Golfo Pérsico e no Levante durante os anos 1980 (GOODARZI, 2009). De fato, quando o Irã se tornou uma República Islâmica, a Síria encontrava-se isolada na região frente aos Acordos de Camp David entre Egito e Israel – que culminaram na paz entre Cairo e Tel Aviv e fizeram com que o Egito passasse a orbitar na esfera de influência ocidental – e a rivalidade com o Iraque de Saddam Hussein<sup>9</sup>. Hafez al-Assad, então presidente sírio, viu a oportunidade de substituir o Egito pelo Irã como aliado, dada a nova postura anti-hegemônica de Teerã (GOODARZI, 2009).

O Irã também percebeu os benefícios de se aproximar da Síria: tanto o Iraque quanto as petromonarquias do Golfo viam a nova República Islâmica como um foco de instabilidade regional a ser contido. Cada vez mais isolado, Teerã viu na Síria o único Estado árabe que lhe sinalizava positivamente (GOODARZI, 2009). A invasão do Irã pelo Iraque em 1980 aproximou Teerã de Damasco ainda mais. A Síria ofereceu apoio material ao governo iraniano através do envio de armas soviéticas, boicotou a formação de uma frente diplomática unida na Liga Árabe contra o Irã e fechou o oleoduto iraquiano trans-sírio que passava pelo seu território, estrangulando as receitas de Bagdá (GOODARZI, 2009).

Como contrapartida, em 1982, quando Israel invadiu o Líbano, foram os iranianos que vieram à ajuda da aliada síria, que tinha grandes interesses no país vizinho. Os Guardas Revolucionários Iranianos (em inglês, IRGC)<sup>10</sup> ajudaram a formar, equipar e treinar a milícia xiita do Hezbollah, criada como foco de resistência contra a invasão israelense, e efetivamente servindo aos interesses do governo de Hafez al-Assad em Damasco. É a partir desse momento que as relações entre Irã, Síria e Hezbollah também passaram a se entrelaçar (HIRST, 2010).

O Hezbollah se tornou o outro pilar na estratégia de Teerã por ser um importante recurso estratégico localizado no Levante capaz de enfrentar Israel. Com o fornecimento de

---

<sup>9</sup> Tanto a Síria quanto o Iraque à época eram governados pelo partido pan-arabista Baas. Entretanto, naquele momento, o partido já havia evoluído de tal maneira que suas facções tornaram-se cada vez mais nacionalistas, gerando uma rivalidade pela liderança do movimento árabe entre Damasco e Bagdá (VISENTINI, 2014).

<sup>10</sup> A Guarda Revolucionária iraniana (da sigla em inglês, *Iranian Revolutionary Guard Corps*, IRGC) é um braço das Forças Armadas do Irã, formado depois da Revolução Iraniana em 1979. Diferentemente das forças militares tradicionais, que são responsáveis pela defesa territorial do país, os IRGC são responsáveis pela proteção do sistema islâmico do país e pela manutenção da República Islâmica, protegendo o sistema político de golpes de forças contrárias e de interferência estrangeira. Os IRGC possuem forças aéreas, navais e terrestres próprias, além de uma milícia popular chamada Basij, e são também responsáveis pelo programa nuclear iraniano e pelo braço al-Quds, responsável pelos grupos estrangeiros não estatais aliados à Teerã. Essa força também possui uma importante faceta econômica, sendo detentora de diversas empresas nacionais (TAKEYH, 2009).

armamentos ao grupo, principalmente através da Síria, Teerã demonstrou a capacidade de retaliar contra Tel Aviv em caso de um ataque israelense ao seu território, efetivamente tornando o Hezbollah parte da defesa avançada da República Islâmica, “expandindo seu perímetro de segurança até o Levante” (CHUBIN, 2012, p. 9, tradução nossa). Nesse sentido, fica claro que a ligação entre o Irã, a Síria e o Hezbollah está no cerne do Eixo de Resistência, evidenciando-se a importância de Damasco na manutenção de tais laços.

De acordo com Cordesman (2014), o apoio do Irã ao Hezbollah é da ordem financeira de 100 milhões de dólares por ano. Teerã também forneceria ao grupo mísseis de curto alcance e foguetes de produção iraniana, como o Fajr-4 e Faj-5, com alcance de até 29 km, totalizando mais de 100 mil unidades entre 1992 e 2005 (CORDESMAN, 2014). O Irã também teria enviado mísseis antinavio, como os C-802, os quais foram utilizados contra Israel na guerra de 2006 entre Hezbollah e Tel Aviv para afundar uma fragata israelense. Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) de origem iraniana também teriam sido fornecidos ao Hezbollah e, após a guerra de 2006, o Irã já teria enviado mais de 26 mil foguetes para o grupo libanês, mais que o dobro do que possuía antes do conflito com Israel (CORDESMAN, 2014).

Cabe ressaltar, porém, que ainda que o Irã aproveite a sua aliança com o Hezbollah para pressionar Israel, o grupo xiita nasceu de demandas políticas legítimas contra a invasão israelense ao Líbano. A postura de resistência e enfrentamento do Hezbollah se consolidou quando Tel Aviv decidiu recuar da sua invasão, mas reter uma “faixa de segurança” no sul do Líbano, onde permaneceu entre 1985 e 2000 (HIRST, 2010). Foi exatamente essa presença israelense em território libanês que fortaleceu o Hezbollah, “enchendo-o de legitimidade nacional na medida em que deu razão para que eles continuassem sua jihad, central para sua *raison d'être*” (HIRST, 2010, p. 204, tradução nossa). Mesmo após a assinatura do Acordo de Taif em 1989, que encerrou a guerra civil libanesa e clamou pelo desarmamento de todas as milícias, o Hezbollah foi o único grupo a manter suas armas. Recebeu, por sua vez, aceitação nacional ao tomar para si a missão de resistir à ocupação israelense, o que foi possível graças ao continuado apoio sírio e iraniano (HIRST, 2010). Isso apenas reforça a visão de que cada constituinte do Eixo de Resistência tem sua lógica e seus objetivos próprios ao cooperarem uns com os outros.

Finalmente, cabe salientar a relação entre o Irã e o grupo palestino Hamas, cujos laços e suporte material também passam pelo território da Síria. Foi através do suporte a este grupo que o Irã pode superar o argumento sectário que acusava Teerã de apoiar apenas xiitas, já que o Hamas é de constituição sunita, um braço da Irmandade Muçulmana na Faixa de Gaza. De

fato, o apoio ao Hamas reforçou o caráter político do apoio iraniano – visado a todos aqueles que resistiam ao grupo hegemônico dos Estados Unidos e de Israel (CHUBIN, 2012).

O apoio de Teerã ao Hamas iniciou-se ainda em 1987, quando eclodia a primeira Intifada contra a ocupação israelense nos territórios palestinos. Durante esse momento, o Hamas emergiu como uma força política efetiva dentro da Faixa de Gaza, assumindo uma postura confrontacionista frente a Israel no movimento palestino como um todo. Logo que a Intifada eclodiu, Teerã estendeu o tipo de apoio que fornecia ao Hezbollah também aos palestinos, ainda que em menor medida, legitimando seus atos através do discurso pan-islâmico (HIRST, 2010). Desde então, o Irã forneceu ajuda financeira e militar ao Hamas, aproveitando para colocar-se como o novo campeão da causa palestina a fim de aprimorar seu *soft power* regional (HIRST, 2010). O Hamas também abriu uma base de operações políticas em Damasco, na Síria, como forma de garantir um local seguro, mais afastado de Israel. Isso também reforça a posição síria dentro do Eixo de Resistência como um centro de apoio e intermediação entre o Irã e os grupos não estatais – Hamas e Hezbollah (MOHNS; BANK, 2012)<sup>11</sup>.

Tais foram as razões para que, a partir das revoltas árabes iniciadas em 2011, a Síria se tornasse um alvo dos rivais iranianos. Percebeu-se ali a oportunidade de enfraquecer o Eixo de Resistência como um todo, já que o regime de Bashar al-Assad em Damasco passava a enfrentar um levante popular interno. De fato, a República Islâmica logrou alcançar diversas conquistas regionais durante os anos 2000. Entretanto, sua trajetória ascendente foi alterada a partir da crise síria, fruto das tentativas de seus adversários na região de derrubarem um aliado de Teerã para enfraquecer sua posição geoestratégica.

### **3.2 A rivalidade saudita-iraniana e a guerra na Síria como fator de desestabilização regional**

A fim de que se entenda a instrumentalização da crise na Síria para satisfação dos objetivos geopolíticos dos principais países da região, é necessário compreender as dinâmicas entre a República Islâmica do Irã e o reino da Arábia Saudita. Esses dois países possuem uma relação de rivalidade pela proeminência regional do Golfo Pérsico e do Oriente Médio, que

---

<sup>11</sup> Apesar dos laços criados entre o Irã e o Hamas, é necessário destacar que o grupo palestino talvez seja a parte do Eixo de Resistência que age de maneira mais autônoma, visto que prioriza a agenda do conflito Israel-Palestina. Isso não significa que o grupo palestino não colabore ou alinhe suas estratégias com o resto do Eixo de Resistência todas as vezes em que é necessário e do seu interesse, tão somente aponta para o fato que o Hamas não detém o mesmo tipo de vínculo que a Síria, Hezbollah e o Irã possuem entre si, muito mais profundo.

por vezes se acirra a depender da conjuntura pela qual estes países atravessam (TERRILL, 2011). Se não bastasse a tendência natural à competição nesta relação bilateral, já que ambos os países buscam consolidar-se como uma potência regional hegemônica, o fato de Teerã e Riad empregarem estratégias e retóricas bastante distintas em sua política externa exaspera ainda mais os laços entre esses dois Estados.

Ainda que ambas as nações se definam como islâmicas, as diferenças entre suas políticas externas não poderiam ser mais dramáticas. De modo geral, a Arábia Saudita é uma potência do status quo regional, enquanto o Irã normalmente busca mudanças revolucionárias na região do Golfo e do Oriente Médio de maneira mais ampla [...]. A Arábia Saudita também possui fortes laços com as nações ocidentais, enquanto o Irã vê os Estados Unidos como seu inimigo mais perigoso (TERRILL, 2011, p. ix, tradução nossa).

Essa relação tomou forma logo após a Revolução Iraniana em 1979, quando o novo governo em Teerã passou a condenar tanto o regime monárquico da Arábia Saudita quanto sua política externa alinhada aos Estados Unidos. De fato, Khomeini direcionava um tipo de propaganda incendiária contra os sauditas que buscava incentivar os xiitas da Península Arábica a se levantar contra a monarquia em Riade da mesma forma que os iranianos se revoltaram contra o Xá em Teerã. O conflito entre ambos os países aprofundou-se com o grande apoio financeiro por parte dos sauditas ao Iraque durante a guerra deste com o Irã (1980-88) com o intuito de que Bagdá derrotasse o novo regime iraniano (TERRILL, 2011).

A monarquia absolutista sunita da Arábia Saudita possui, de maneira geral, uma agenda política bastante centrada na preservação do *status quo* na região do Golfo Pérsico. Nesse sentido, o fato do Irã ser xiita muitas vezes é usado como um argumento sectário de ameaça por parte da monarquia saudita<sup>12</sup>. De acordo com Terrill (2011, p. 3, tradução nossa), “a Arábia Saudita é geralmente hostil ao empoderamento xiita pela região, preocupada que sua própria minoria xiita de dois milhões de habitantes possa emergir como uma fonte de problemas ao governo”.

Além disso, por possuir um sistema político autoritário, facilmente condenado e apontado por seus adversários, a Casa de Saud, família real saudita, sempre buscou agir de maneira indireta para conter rivais regionais. Em relação ao Irã, Riade normalmente se encontra gravitando entre as prioridades que compartilha com os Estados Unidos de balanceamento e isolamento da República Islâmica e o objetivo de tentar manter algum nível

<sup>12</sup> A monarquia saudita tem como religião oficial do Estado o Wahabismo, a primeira seita fundamentalista do Islã sunita, com origens no século XVIII (VISENTINI, 2014). Essa interpretação da religião islâmica é caracterizada por ser extremamente ortodoxa e conservadora, prezando pela interpretação literal dos ensinamentos do livro sagrado. Tal corrente, ainda vigente nos dias atuais, implica em restrições sociais bastante rigorosas para a população saudita e, quando difundida, tende a ser mais facilmente distorcida a fim de legitimar comportamentos radicais devido ao seu alto grau de ortodoxia na interpretação do Islã (ROCHE, 2012).



de relações normais com Teerã, já que os momentos de atrito durante os anos 1980 foram extremamente danosos para o reino frente ao apoio por parte do Irã aos opositores dos sauditas (TERRILL, 2011).

A rivalidade saudita-iraniana acirrou-se de maneira drástica a partir de 2011 devido a fortes divergências em relação à onda de protestos da Primavera Árabe. Mais do que isso, a monarquia saudita visualizou uma oportunidade de tentar reverter, através de medidas indiretas e sem embates frontais, o que considerava uma série de ganhos por parte do Irã desde a derrubada de Saddam Hussein e a chegada ao poder dos xiitas em Bagdá (WEHREY et al, 2010).

Assim, desde a eclosão dos protestos árabes, a rivalidade entre Irã e Arábia Saudita escalou intensamente a ponto desta tornar-se um dos aspectos mais marcantes dos atuais desenvolvimentos no Oriente Médio. Nas palavras de Gause III (2014, p. 3, tradução nossa),

[o] melhor quadro analítico para compreender a política regional do Oriente Médio é uma guerra fria onde o Irã e a Arábia Saudita assumem os papéis principais. Esses dois principais atores não estão confrontando um ao outro militarmente; sua competição por influência se desenrola nos sistemas políticos domésticos dos Estados mais fracos da região. É uma batalha sobre a direção da política doméstica do Oriente Médio mais do que uma disputa puramente militar. [...] Esta competição é anterior às revoltas árabes de 2011, mas tal perturbação profunda na região abriu novas arenas onde esta guerra fria do Oriente Médio está sendo jogada.

Os eventos da Primavera Árabe de fato evidenciaram as fraquezas de diversos países em termos de capacidades estatais. Tal fraqueza foi o que possibilitou que a rivalidade saudita-iraniana tomasse conta dessas novas arenas regionais.

A fraqueza ou a desagregação da autoridade estatal cria um vácuo político doméstico para o qual atores externos são atraídos. [...] Estes geralmente são atraídos por facções políticas locais que buscam poder contra seus rivais também locais. O objeto da guerra fria entre Irã e Arábia Saudita não é derrotar seus rivais militarmente no campo de batalha. É promover seus próprios clientes nessas batalhas dentro de estruturas estatais fracas a fim de construir influência regional (GAUSE III, 2014, p. 8, tradução nossa).

Nesse sentido, são forças locais, envolvidas em conflitos domésticos, que buscam armas, dinheiro e apoio ideológico e diplomático no exterior. Por isso o fundamental nesse tipo de disputa é a capacidade da potência estrangeira fornecer e garantir apoio aos seus aliados não estatais dentro das fronteiras do Estado envolto em um conflito interno. É um arco de fraqueza estatal que se estende do Líbano até a Síria e o Iraque, exposto pela Primavera Árabe, que criou as novas localidades dessa disputa regional entre Riade e Teerã (GAUSE III, 2014).

Dentro desse contexto, é a Arábia Saudita que tem agido de forma mais ofensiva, buscando desfazer os ganhos estratégicos que o Irã conquistou durante os anos 2000, principalmente através da Síria. Devido à importância que o conflito tomou para toda a região do Oriente Médio, é necessário que se compreenda, primeiramente, a lógica por trás dessa específica virada ofensiva na política externa saudita.

Ainda no início de 2011, a queda de Hosni Mubarak no Egito representou um sério revés para os interesses sauditas, visto que Cairo havia sido um dos parceiros mais importantes para a Arábia Saudita na região, agindo em consonância com os objetivos do Eixo Riade-Cairo-Washington (GAUSE III, 2014). Temendo que sua situação geopolítica se deteriorasse ainda mais, a Casa de Saud reforçou as outras petromonarquias financeiramente, mobilizou tropas para suprimir revoltas internas – como no caso do Bahrein –, e apoiou a intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra o regime secular de Kadaffi. Nenhum desses ganhos, todavia, poderia substituir a queda de Mubarak, de acordo com Gause III (2014). Portanto, fez-se necessário que Riade conseguisse infligir uma perda equivalente para seu rival regional, o Irã.

Ademais, o advento da Primavera Árabe coincidiu com a retirada das tropas dos Estados Unidos do Iraque em 2011. Concomitantemente, a Síria de Bashar al-Assad, aliada iraniana de longa data, também via-se mais dependente do apoio iraniano, que agora era essencial para sua sobrevivência. Diante dessa perspectiva, de acordo com Friedman (2011), os países que percebiam os ganhos estratégicos do Irã nos últimos anos como uma ameaça a seus próprios interesses passaram a preocupar-se ainda mais – como a Arábia Saudita.

Dessa forma, Riade teria percebido que, com a saída de Washington do Iraque e a queda de Mubarak no Cairo, o Irã poderia consolidar ainda mais sua presença na região, constituindo uma esfera de influência até o Mediterrâneo que passava pelo Iraque, Síria e Líbano. Assim, a Síria tornou-se o ponto em que o Irã podia ser contido por seus rivais, sendo, para tanto, necessário derrubar o regime de al-Assad. Explica-se, portanto, o porquê do conflito sírio ter se tornado tão central para a política externa saudita.

No decorrer de 2011, a Arábia Saudita, Israel, Turquia e os Estados Unidos ainda se mantinham cautelosos ao abordar o conflito sírio. Apesar de certa interferência sutil, os embates possuíam uma dinâmica ainda preponderantemente endógena (HOLLIDAY, 2011). Os protestos que haviam se iniciado na cidade de Dera'a, no sul da Síria, em março de 2011, já haviam se espalhado pelo país após o governo ter respondido de maneira brutal às demandas legítimas da população. Na segunda metade do ano, a oposição já tinha passado a adotar uma resistência armada, encontrando-se principalmente nas cidades de Homs, Hama e

Idlib – três centros urbanos estratégicos localizados no meio da principal rodovia que corta o país de norte ao sul (HOLLIDAY, 2011). A partir do momento em que essas cidades levantaram-se contra o regime, o país efetivamente dividiu-se ao meio: o sul e a costa mediterrânea nas mãos majoritariamente do regime de Assad, enquanto o norte, próximo da fronteira turca, era controlado predominantemente pelos rebeldes armados (HOLLIDAY, 2011).

É neste contexto que, no final de 2011, em meio a uma escalada de ataques do Exército Livre da Síria<sup>13</sup> (ELS) e diante da retirada norte-americana do Iraque, a Arábia Saudita adotou uma postura mais ofensiva e decidida a derrubar o regime de al-Assad, abandonando a antiga cautela. Os sauditas sabiam que o essencial para a queda de Muammar Kadaffi na Líbia havia sido a intervenção militar da OTAN. Na Síria, entretanto, não só o governo de al-Assad possuía maiores capacidades militares e melhores baterias antiaéreas, como a própria OTAN se mostrava mais reticente em agir – visto que seria o segundo ataque a um país árabe em menos de um ano e com consequências imprevisíveis.

Dessa forma, a solução encontrada pela Casa de Saud foi o apoio encoberto à oposição sunita através da Turquia e da Jordânia (FRIEDMAN, 2011). Isso se daria principalmente através da fronteira turca para o norte sírio, que estava sob maior controle dos rebeldes. A própria Stratfor, uma renomada companhia global de inteligência, afirmava no fim de 2011 que “preparar uma campanha secreta contra o regime seria difícil, e seu sucesso de forma alguma garantido. Entretanto, esse [seria] o próximo passo” (FRIEDMAN, 2011, online, tradução nossa).

A Arábia Saudita e outras petromonarquias, como o Qatar, investiram de maneira diplomática, financeira e militar a fim de derrubar o regime de Bashar al-Assad. Seu objetivo tornou-se fortalecer a oposição política armada e criar uma insurgência efetivamente capaz de tomar Damasco – o que não representava de maneira nenhuma um desejo por democracia ou representatividade, estando seguindo apenas a lógica da balança de poder contra o Irã (KHOURY, 2013). Como coloca Wehrey (2011, p. 352, tradução nossa), “as abordagens saudita e iraniana para as revoltas árabes não podem ser rotuladas, de forma geral, como

---

<sup>13</sup> O ELS foi o primeiro e principal grupo militar formado contra o governo de Bashar al-Assad, estabelecido pelo antigo coronel da Força Aérea, Riyad al-Assad, e composto de desertores das Forças Armadas e de recrutas da população civil. Desde o final de 2011, o ELS começou a operar sob o grupo político da oposição Conselho Nacional Sírio. No final de 2012, o ELS juntou-se a outros grupos militares para formar o Alto Conselho Militar Sírio, principalmente em meio à crescente assertividade de grupos jihadistas. Ele então se transformou no braço armado oficial do movimento de oposição sírio. O controle do ELS foi assumido pelo General de Brigada Selim Idriss no final de 2012, sendo depois sucedido pelo General de Brigada Abdul-Ilah al-Bashir al-Noeimi em fevereiro de 2014 (IHS JANE'S, 2014).

revolucionárias ou contrarrevolucionárias; são as considerações de *realpolitik* que tomam a precedência”. Kissinger (2014) também afirma que:

o conflito [na Síria] moveu-se para além da questão de Assad. [...] Os principais atores na região e na Síria veem a guerra não sobre democracia, mas sobre quem prevalecerá. Eles estão interessados na democracia apenas se ela instalar seu próprio grupo no poder. [...] A guerra decidiria qual dos principais grupos da Síria dominaria os outros e governaria o que sobrasse do Estado sírio (KISSINGER, 2014, p. 127, tradução nossa).

Trabalhando conjuntamente, os países ocidentais e as forças regionais contrárias à Assad montaram uma ampla campanha contra o regime sírio, estabelecendo uma rede de suporte aos combatentes armados e criando uma pressão midiática gigantesca contra o governo do país. As provas dessa interferência já são amplamente disponíveis, revelando a extensão e a profundidade desse apoio encoberto, conforme exposto pelo trabalho de Bandeira (2013) abaixo.

Desde 2011, comandos e operadores do MI6, serviço de inteligência britânico, treinaram os combatentes da oposição síria, também os suprindo de armamentos. Agiam em conjunto com o serviço de inteligência francês (DGSE), que também enviou agentes e forças especiais, para treinar desertores do exército sírio, colaborando para a organização do ELS, com base no sul da Turquia e no nordeste do Líbano (BANDEIRA, 2013; CHOSSUDOVSKY, 2012; LUSSATO, 2011). O ELS passou a receber pagamentos por parte dos países do Golfo, também como forma de encorajar novas defecções do exército sírio.

França, Reino Unido e os Estados Unidos, ao não conseguirem aprovar nenhuma resolução autorizando o uso da força contra a Síria no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) após os vetos de China e Rússia – que temiam que se repetisse em solo sírio o mesmo que ocorrera na Líbia – organizaram o Grupo de Amigos da Síria, com o apoio saudita e turco (BANDEIRA, 2013). Esse grupo de contato passou a financiar a contratação de mercenários e o fornecimento de armas aos rebeldes. Sob a coordenação de diferentes grupos no exterior, os países do Golfo Pérsico passaram a direcionar armamentos para os combatentes na Síria (DeYOUNG; SLY, 2012; ABOUZEID, 2012).

A partir de Istambul, esse grupo secreto comandava a distribuição de suprimentos vitais – fuzis Kalashnikov, metralhadoras BKC, foguetes propulsores de granadas e munição – oriundos dos arsenais de Gaddafi, na Líbia, do Qatar e da Arábia Saudita e transportados pelo serviço de inteligência da Turquia para os rebeldes e mercenários nas fronteiras da Síria (BANDEIRA, 2013, p. 390).

Entretanto, já em 2013, estava claro que os principais beneficiados pelos recursos desses atores regionais foram grupos jihadistas islâmicos lutando na Síria, e não a oposição



De fato, a oposição síria, de 2012 a 2014, progressivamente foi dominada pelos grupos islâmicos, dos mais moderados aos mais radicais (COCKBURN, 2015). Uma grande quantidade de combatentes estrangeiros adentrou pelas fronteiras da Turquia, Iraque e Jordânia, estabelecendo diversos grupos que por vezes enfrentavam-se entre si pela posse do território sírio (O'BAGY, 2012). Destaca-se a criação dos grupos islâmicos mais moderados conhecidos como Brigadas da Umma, composto por ex-combatentes provenientes da Líbia e liderados pelo líbio Mahdi al-Harati, e o Ahrar al-Sham, cujos combatentes eram de origens diversas, incluindo chechenos russos, e que costumavam entrar pela fronteira turca (O'BAGY, 2012). Quanto aos grupos mais radicais, destacam-se os combatentes estrangeiros que adentraram pela Jordânia e formaram as Brigadas Abdullah Azam, lideradas pelo saudita Majid bin Muhammad al-Majid, e, finalmente a Frente al-Nusra, composta de combatentes sírios e de integrantes da Al-Qaeda no Iraque (AQI) que adentraram pela fronteira iraquiana (O'BAGY, 2012).

A Frente al-Nusra merece destaque, não apenas pela sua série de vitórias no leste sírio durante 2012 e 2013, mas também por ter sido o embrião local do futuro Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS, em inglês). De fato, a célula da Al-Qaeda no Iraque, que se encontrava enfraquecida em 2011, percebeu no conflito na Síria a possibilidade de se fortalecer e adquirir parte dos recursos advindos dos países do Golfo e das fronteiras turcas. Abu Bakr al-Baghdadi, que ascendera ao posto de líder da AQI em 2010, despachou para a Síria no final de 2011 uma série de combatentes liderados por al-Jolani para que estabelecesse uma organização local: a al-Nusra (WEISS; HASSAN, 2015).

Por muito tempo, a al-Nusra evitou oficializar os laços com a Al-Qaeda a fim de evitar chamar a atenção ocidental. Mesmo assim, em 2012, al-Zawahiri, líder da Al-Qaeda, conclamava os jihadistas do mundo inteiro para que fossem a Síria se juntar à guerra contra Assad a fim de estabelecerem um futuro califado (WEISS; HASSAN, 2015; COCKBURN, 2015). É somente em dezembro de 2012 que os Estados Unidos reconheceram oficialmente a ligação da al-Nusra com a AQI, o que foi confirmado pelo próprio Abu Bakr al-Baghdadi em abril de 2013. Nesta mesma ocasião, Baghdadi proclamou a criação do Estado Islâmico do Iraque e do Levante, também anunciando a fusão deste com a al-Nusra (WEISS; HASSAN, 2015; COCKBURN, 2015).

Para sua surpresa, al-Jolani recusou-se a fundir os grupos e o próprio al-Zawahiri ordenou que o ISIS permanecesse responsável pelas operações no Iraque e al-Nusra na Síria, de maneira separada. Al-Baghdadi se recusa e a isso se seguiu um confronto intra-jihadista, que eventualmente levou a maioria dos membros da al-Nusra a migrarem para o ISIS. O

grupo, então, adentrou na Síria e conquistou diversos territórios, estabelecendo as bases para o que seria seu avanço futuro sobre o Iraque em 2014 e a declaração do novo califado (WEISS; HASSAN, 2015; COCKBURN, 2015).

Percebe-se, assim, que o apoio encoberto à oposição sunita síria, capitaneado pela Arábia Saudita e outros aliados, acabou beneficiando, sobretudo, os grupos jihadistas e sectários – algo diferente do que os aliados ocidentais do Golfo provavelmente planejavam (COCKBURN, 2015). Mais do que isso, a canalização de recursos financeiros e armas para tais grupos acabou extrapolando qualquer tipo de controle por parte do Golfo, o que, por sua vez, serviu para desestabilizar não apenas a Síria, mas também o Iraque subsequentemente. Logo, percebe-se que na busca pela derrubada do regime de al-Assad, a estratégia empregada pelo Golfo trouxe consequências severas para a região do Oriente Médio como um todo – como a ascensão do grupo autoproclamado Estado Islâmico (EI).

### **3.3 A resposta iraniana e os impactos da crise síria para a República Islâmica**

Nesse contexto de escalada da oposição armada contra o regime de al-Assad pelos rivais regionais de Teerã, a República Islâmica do Irã teve de vir em apoio ao seu aliado dada sua centralidade para a estratégia do Eixo de Resistência. Assim, o suporte iraniano à Síria durante o governo de Ahmadinejad foi bastante intenso – o que também afetaria a posterior eleição presidencial na República Islâmica em 2013.

Desde o início dos protestos na Síria, ainda em 2011, o Irã modificou sua postura frente às revoltas populares árabes. Durante os primeiros movimentos de protestos na Tunísia, Egito e Bahrein, Teerã retoricamente os apoiou, afirmando que faziam parte de um movimento para derrubar regimes autoritários da mesma forma como os iranianos fizeram em 1979 com o Xá. Entretanto, quando os protestos eclodiram na Síria, a República Islâmica passou a apoiar a narrativa de al-Assad: as insurreições seriam um plano orquestrado pelos Estados Unidos e por Israel, apoiado por seus aliados, principalmente a Arábia Saudita, a fim de impor sua hegemonia no Oriente Médio derrubando um governo mais resistente a ela (MOHNS; BANK, 2012).

Teerã tinha a consciência de que a queda de Bashar al-Assad poderia representar a perda de sua mais consolidada aliada no mundo árabe e um rompimento das rotas de acesso para o Hezbollah e outros grupos palestinos, como o Hamas – portanto, desestruturar-se-ia o Eixo de Resistência (VISENTINI; ROBERTO, 2015). De fato, Burhan Ghalioun, ex-presidente do grupo de oposição Conselho Nacional Sírio (CNS), teria afirmado em 2011 que

um governo pós-Assad na Síria provavelmente teria de reconsiderar seus laços com o Irã e com o Hezbollah, especialmente no que tange ao provimento de apoio material iraniano ao grupo libanês (MOHNS; BANK, 2012). Tal fato apenas reforçou a recém-citada percepção por parte do Irã, forçando-o a incondicionalmente apoiar o regime de al-Assad a fim de defender seus próprios interesses estratégicos.

O Hezbollah, por sua vez, também enquadrou o levante sírio de maneira consistente com o da liderança iraniana: um ponto específico de um embate mais amplo entre os Estados árabes pró-ocidentais e a “resistência”, com a interferência dos primeiros sendo responsável pelo fomento da guerra civil sectária. Alguns membros do próprio Hezbollah, porém, além de outros políticos libaneses, criticaram a posição do grupo. Segundo essa visão, o grupo xiita teria surgido e legitimado sua existência com base na luta contra Israel a fim de proteger o Líbano; agora, entretanto, as armas do Hezbollah estariam sendo utilizadas na Síria, em apoio a um presidente que reprimia duramente sua oposição (MOHNS; BANK, 2012). Os líderes do grupo rebatiam afirmando que a derrubada de al-Assad representaria o rompimento das linhas de apoio material ao Hezbollah, o comprometimento de sua profundidade estratégica e o enfraquecimento de sua capacidade de dissuasão frente a Israel – o que, efetivamente, viria a enfraquecer o Líbano como um todo (MOHNS; BANK, 2012).

Percebe-se, assim, que tanto o Irã quanto o Hezbollah tiveram prejudicados sua imagem e retórica de resistência popular ao apoiarem al-Assad, ainda que, de maneira geral, o alinhamento dentro do conflito seguisse a polarização “Eixo de Resistência contra Ocidente e aliados”. É neste contexto que surgiu a primeira deserção do Eixo de Resistência: o Hamas. Desde o início dos protestos, o regime de al-Assad pressionou para que a liderança do Hamas em Damasco, encabeçada por Khaled Mishal, apoiasse publicamente o governo sírio (MOHNS; BANK, 2012). Por muito tempo, o grupo palestino procurou esquivar-se, afirmando que a ligação entre o Hamas e a Síria era fundada na hostilidade comum contra Israel e que, portanto, o grupo não se posicionaria em relação a um assunto interno sírio. A pressão continuada por parte tanto da Síria quanto do Irã fez com que o Hamas rompesse com Damasco, retirando-se do território sírio no fim de 2011<sup>14</sup>. Foi a primeira perda concreta para o Eixo como resultado da crise síria, enfraquecendo essa rede de relações estratégicas (MOHNS; BANK, 2012).

---

<sup>14</sup> Posteriormente, em 2012, o Qatar aproximou-se do Hamas e o grupo palestino instalou uma representação no país do Golfo – o que representou um afastamento ainda maior em relação ao Irã (MOHNS; BANK, 2012). Entretanto, tensões entre o Hamas e o Qatar aprofundaram-se e, em 2015, o grupo deixou o país do Golfo para se realocar na Turquia.



Portanto, foram o Hezbollah e, principalmente, o Irã que apoiaram o regime sírio desde o início. Teerã conduziu um esforço integrado, extenso e bastante caro para buscar criar as condições que permitiriam fazer com que al-Assad se mantivesse no poder frente à crescente guerra civil (FULTON; HOLLIDAY; WYER, 2013). Essa estratégia iraniana de apoio consistia de três pilares principais: 1) envio de membros da IRGC, tanto das Forças Terrestres quanto os al-Quds<sup>15</sup>, para fornecer apoio e treinamento a tropas do governo de al-Assad; 2) reabastecimento por via aérea de provisões e suprimentos através de aeronaves civis e militares; e 3) apoio e coordenação às milícias que lutavam ao lado do regime, incluindo grupos xiitas provenientes do Iraque e mesmo o Hezbollah (FULTON; HOLLIDAY; WYER, 2013).

No que tange ao apoio dos Guardas Revolucionários iranianos para treinamento e assessoria das forças militares e dos serviços de segurança do governo de al-Assad, destaca-se a presença na Síria do Comandante General dos al-Quds, Qassem Suleimani (FULTON; HOLLIDAY; WYER, 2013). Suleimani seria responsável por coordenar a operação de treinamento de novas unidades militares aliadas ao regime, apontando para uma cooperação dos dois braços dos Guardas Revolucionários – Forças Terrestres e al-Quds. De acordo com Fulton, Holliday e Wyer (2013), o experiente general Suleimani teria insistido que uma estratégia para Assad seria prevenir que a oposição ganhasse território nos centros urbanos sírios – principalmente das capitais das províncias – o que de fato passou a ser o objetivo principal das Forças Armadas sírias leais a al-Assad.

Já em relação ao reabastecimento aéreo, percebe-se o importante papel de Teerã em fornecer suprimentos dos mais variados tipos a fim de sustentar o esforço de guerra do governo sírio. Linhas aéreas civis, como a Iran Air e Yas Air, seriam utilizadas, em conjunto com aviações militares de transporte, para levar ao território sírio Guardas Revolucionários, armas antiaéreas, foguetes, bombas de morteiro e munições (FULTON; HOLLIDAY; WYER, 2013). Tal movimento, que já existia antes de 2011, foi intensificado, utilizando rotas aéreas através do espaço iraquiano. Nesse sentido, o governo aliado e xiita de Bagdá colaboraria com o esforço iraniano, principalmente ao avisar com antecedência a Teerã quais aeronaves seriam inspecionadas (FULTON; HOLLIDAY; WYER, 2013).

---

<sup>15</sup> A Força al-Quds é um braço dos Guardas Revolucionários iranianos associado às operações especiais e guerras não convencionais, o que o garante prioridade em termos de financiamento, treinamento, e equipamento. Ele tem um papel fundamental ao dar ao Irã a habilidade de conduzir um tipo de guerra assimétrica fora do seu território na medida em que se utiliza de diversos movimentos estrangeiros e milícias, os chamados proxies. Dessa forma, os al-Quds são, basicamente, o grupo responsável por manejar a relação de Teerã com grupos armados não-estatais aliados no exterior (CORDESMAN, 2014).

Quanto às milícias pró-Assad, destaca-se o apoio dado pelos Guardas Revolucionários ao regime enquanto este fomentava a criação de grupos armados leais à Damasco, conhecidos como *shabiha* ou Jaysh al-Sha'bi (FULTON; HOLLIDAY; WYER, 2013). Tais milícias locais seriam constituídas de unidades populares armadas, em um modelo similar à própria força paramilitar que o Irã possui, a Basij. O Comandante Geral dos Guardas Revolucionários, Mohammad Ali Jafari, afirma haver cerca de 50 mil homens oficialmente alistados. Os Estados Unidos formalmente acusaram os al-Quds de fornecerem assessoria, treinamento e armas para tais unidades (FULTON; HOLLIDAY; WYER, 2013).

Além das forças locais, destaca-se a presença de milícias xiitas iraquianas lutando ao lado do regime, como o Kata'ib Hezbollah (KH) e a Asa'ib Ahl al-Haq (AAH), que se coordenam com o al-Quds iraniano e o próprio Hezbollah libanês. No fim de 2012, formou-se a milícia xiita Brigadas de Abu al-Fadl al-Abbas (AFAB, da sigla em inglês), que também seria uma organização guarda-chuva para xiitas estrangeiros e locais. Desde, pelo menos, 2013, todos os grupos já tiveram sua presença constatada no conflito, seja por fotos ou vídeos ou mesmo por lideranças mortas no campo de batalha (FULTON; HOLLIDAY; WYER, 2013).

O Secretário-Geral do Hezbollah, Hassan Nasrallah, admitiu desde o final de 2012 que o grupo xiita libanês operava em solo sírio, principalmente apoiando as forças de Damasco. Entretanto, afirmou também que o partido como um todo não está envolvido, e que os que lá lutam o fazem por vontade própria – argumento utilizado no jogo político interno libanês em relação à presença do Hezbollah na Síria (FULTON; HOLLIDAY; WYER, 2013). Os combatentes do Hezbollah possuem experiência de guerrilha urbana e em operações de combate com infantaria leve, o que serve para assessorar e treinar tanto as forças do regime quanto as milícias aliadas. A principal área de atuação do grupo é próxima à fronteira libanesa, principalmente cerca de Homs, mas com destaque também para a região de al-Qusayr, onde a atuação do Hezbollah foi decisiva para o controle da área (FULTON; HOLLIDAY; WYER, 2013).

Por fim, é importante destacar que a presença dessas milícias alinhadas com os interesses do regime em Damasco, do Hezbollah libanês e do Irã faz com que haja a possibilidade de, em caso de derrubada de al-Assad, montar-se uma insurgência que lute contra o novo governo sírio. Garantir-se-ia, assim, a manutenção de pelo menos alguma margem de influência no solo da Síria. Logo, enquanto os esforços da estratégia iraniana foram no sentido de sustentar o regime aliado de al-Assad, suas ações também garantiriam

certa presença no caso de o governo em Damasco ser assumido por grupos antagônicos à República Islâmica.

Em suma, pode-se afirmar que o Eixo de Resistência foi fortemente afetado desde o início das revoltas árabes em 2011. Isso representou um problema sério para o Irã, que instrumentalizava esse grupo de relações estratégicas como uma forma de projeção de influência e também como forma de dissuasão através da ameaça de retaliações pela região em caso de um ataque contra o seu território. Percebendo que cada ponto do Eixo de Resistência enfrentava problemas que comprometiam sua efetividade como instrumento de articulação coletiva, Teerã criou consciência de que poderia estar enfrentando um momento de bastante vulnerabilidade – o que se somava ao efeito das sanções impostas contra o país (VISENTINI; ROBERTO, 2015). Era essa a situação enfrentada pelo Irã durante sua eleição presidencial em 2013: uma realidade bastante crítica que apontava para o desgaste de sua estratégia regional vigente até então.

## **4 HASSAN ROUHANI E AS ALTERAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA IRANIANA: IMPACTOS PARA AS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS E COM A REGIÃO**

O ano de 2013 foi marcado pela eleição de Hassan Rouhani como novo presidente da República Islâmica do Irã, o que representou uma mudança bastante significativa na política externa iraniana. O contexto da chegada de Rouhani ao poder foi diferente de seu predecessor, Mahmoud Ahmadinejad. Enquanto em 2005 as forças geopolíticas regionais desencadeadas pela invasão do Iraque favoreciam uma postura de confrontacionismo por parte de Teerã em relação aos Estados Unidos, em 2013 o Irã encontrava-se bastante enfraquecido.

A crise da Síria havia colaborado para uma piora na situação geopolítica do Irã, que se encontrava agora em uma postura defensiva, tendo de sustentar seus aliados em meio a um contexto geopolítico regional de ofensiva contra o Eixo de Resistência. Nesse sentido, a nova realidade iraniana serviu de imperativo para que a nova política externa de Rouhani buscasse não mais o confronto, mas sim um engajamento, o pragmatismo e a moderação. Colaborou para isso o efeito da intensificação das sanções econômicas contra a República Islâmica, especialmente em 2012 e 2013, bem como o contexto político interno iraniano, que favorecia a eleição de um candidato moderado e com apoio do Líder Supremo, Ali Khamenei.

Este capítulo procura apresentar, inicialmente, a situação política interna que o Irã enfrentava no momento da eleição presidencial de 2013, para depois analisar fatores externos – a situação regional e as sanções – que levaram Rouhani a vencer o pleito eleitoral. Em seguida, os contornos da política externa trazida pelo novo presidente iraniano são analisados. Por fim, analisar-se-ão os impactos dessa nova postura tanto para a relação com os Estados Unidos, âmbito no qual as mudanças foram mais perceptíveis e impactantes, quanto para a região, a qual também é afetada pela relação Washington-Teerã e, subsequentemente, pela ascensão do Estado Islâmico.

### **4.1 A eleição de 2013 e a vitória de Hassan Rouhani: fatores internos e externos**

Para que seja possível compreender, primeiramente, os fatores políticos internos que colaboraram para a eleição de Hassan Rouhani na eleição presidencial do Irã em 2013, é necessária uma breve contextualização em relação ao sistema político iraniano. De acordo com a constituição do país, o Irã é uma república teocrática islâmica, regida segundo os

princípios da *sharia*, a lei islâmica. Na República Islâmica, convivem dois tipos de instituições: as que não são eleitas pelo sufrágio popular e as que são.

A população do país pode escolher quem será o presidente (o chefe do poder Executivo), o parlamento – também chamado de Majles (poder Legislativo) –, bem como os conselhos locais. Assim, o eleitorado iraniano possui uma maior liberdade de escolha quanto ao destino político do seu país que a grande maioria dos outros Estados do Oriente Médio (TAKEYH, 2009). Nesse sentido, essas instituições representam o lado mais progressista da Revolução Iraniana de 1979, qual seja o viés republicano e democrático.

De outro lado, destaca-se, dentre todos os cargos não elegíveis, o do Líder Supremo, o posto político mais elevado dentro do Irã e que representaria, teoricamente, a continuidade dos valores islâmicos da Revolução de 1979 (TAKEYH, 2009). Atualmente, tal posto é ocupado pelo Aiatolá Ali Khamenei, que ascendeu ao posto em 1989 após a morte do Aiatolá Khomeini, fundador da República Islâmica. O Líder Supremo possui mais poder que o próprio presidente<sup>16</sup>, a despeito de não ser eleito, podendo vetar leis passadas pela Majles, negar a candidatura de presidentiáveis, além de ser o responsável por indicar os comandantes das Forças Armadas, o diretor da rede de rádio e televisão, os líderes das principais fundações religiosas e os membros dos conselhos nacionais de segurança, responsáveis por tratar de assuntos de defesa e política externa (TAKEYH, 2009).

Ressalta-se também o órgão chamado de Conselho de Guardiães, responsável por aprovar os candidatos que concorrem aos cargos elegíveis pelo público. Segundo a constituição iraniana, são passíveis de veto aqueles que não representam os valores ou os interesses nacionais da República Islâmica – o que abre uma margem de interpretação bastante subjetiva. O Conselho de Guardiães é composto de 12 juristas, seis deles apontados pelo Líder Supremo e os outros seis pela Majles (TAKEYH, 2009).

De maneira resumida, Khanna (2008) aponta as contradições trazidas por esse sistema de governo com dois tipos de instituições:

O sistema paralelo de governo dual [do Irã], que tentou reconciliar a teocracia islâmica e o republicanismo, criou tensões que o país continua a encarar: os próprios iranianos utilizam-se de termos como poliarquia, oligarquia eleita, semi-democracia, ou neo-patrimonialismo para descrever o que é simultaneamente um regime autoritário e talvez o país mais democrático da região (KHANNA, 2008, p. 229, tradução nossa).

<sup>16</sup> Historicamente, o Líder Supremo tem agido mais como um mediador das forças políticas dentro do Irã a fim de evitar a radicalização de qualquer uma delas e preservar a República Islâmica. Dessa forma, os presidentes, em geral, tem uma margem de liberdade bastante grande após serem eleitos, desde que não se tornem uma ameaça à estabilidade do país aos olhos do Líder Supremo e dos setores mais conservadores da política iraniana.

Feita esta contextualização, cabe agora apontar a situação política interna de 2013 que permitiu a eleição de Hassan Rouhani. O último pleito presidencial no Irã havia sido em 2009, com a reeleição de Mahmoud Ahmadinejad. Entretanto, tal ano ficou marcado pelas acusações de fraude nas eleições, o que ocasionou uma série de revoltas populares em favor do candidato derrotado, o reformista Hossein Mousavi. A onda de protestos ficou conhecida como Movimento Verde, devido às cores utilizadas pelos manifestantes, e foi reprimida pesadamente pelas forças do governo, principalmente pela Guarda Revolucionária – instituição da qual o próprio Ahmadinejad fazia parte (PARSI, 2012).

Khamenei, a despeito de ter apoiado a reeleição de Ahmadinejad, percebia que a República Islâmica havia perdido legitimidade frente a sua população. Dessa forma, no pleito presidencial de 2013, o Líder Supremo compreendia a importância das urnas traduzirem a vontade popular do país (SHERRILL, 2014).

Além disso, desde 2011, Ahmadinejad passara a se chocar com Khamenei em virtude de sua vontade de aumentar os poderes da presidência à custa do cargo de Líder Supremo. Esse embate também foi fruto de uma divisão mais ampla dentro dos setores conservadores do Irã: Ahmadinejad foi o primeiro presidente da República Islâmica que não era um clérigo, ainda que fosse da ala política mais conservadora e linha dura do país. De fato, o presidente iraniano tinha como base de apoio veteranos da guerra Irã-Iraque e os Guardas Revolucionários, bem como de conservadores do interior. Esse era um setor diferente da velha guarda clerical que fez a revolução em 1979, o que trouxe uma cisão dentro da elite conservadora iraniana (SHERRILL, 2014).

Essa era a situação política interna do Irã em 2013. O Líder Supremo, procurando garantir a estabilidade da República Islâmica, percebia tanto a necessidade de trazer legitimidade de volta ao sistema político do país, quanto de garantir a primazia clerical sem a alienação dos militares, os IRGC (SHERRILL, 2014). Para tanto, Khamenei utilizou-se dos vetos do Conselho de Guardiães às opções para presidência: após a eliminação dos candidatos menores e mais fracos, vetou-se tanto o ex-presidente Rafsanjani quanto Mashaie, o principal nome reformista. O pleito ficou disputado por seis conservadores, um reformista fraco – Reza Aref – e o clérigo Hassan Rouhani.

Rouhani é um clérigo moderado, não verdadeiramente reformista, e que apoia o sistema político da República Islâmica. É um importante estudioso da Lei Islâmica, tendo sido um discípulo de Khomeini antes da revolução em 1979. Durante a guerra Irã-Iraque trabalhou no Conselho Supremo de Defesa e depois foi o assessor de segurança nacional durante a presidência de Rafsanjani e de Khatami. Entre 2003 e 2005 foi o chefe de negociação

envolvendo o programa nuclear iraniano, tendo se demitido do cargo quando Ahmadinejad assumiu devido a sua postura agressiva. Desde 2007, foi o representante pessoal do Aiatolá Khamenei no Conselho Supremo de Segurança Nacional. Dessa forma, Rouhani é um clérigo inserido dentro dos círculos de liderança tradicionais da República Islâmica, não necessitando de uma base de apoio de fora, como Ahmadinejad necessitava dos Guardas Revolucionários (SHERRILL, 2014).

Durante a disputa eleitoral, Rouhani apresentou um programa de governo e de política externa que ia ao encontro dos anseios da maioria da população iraniana. O candidato prometeu um “engajamento construtivo” com outros países do mundo e uma postura menos agressiva e mais pragmática na esfera internacional, garantindo que iria melhorar tanto a situação econômica do Irã como suas relações com outros países (VISENTINI, 2014). Essa postura de Rouhani era uma resposta ao momento vivido pela República Islâmica em 2013: o país se encontrava enfraquecido na região devido aos problemas enfrentados por seus aliados estratégicos do Eixo de Resistência e era estrangulado economicamente pelo efeito das sanções impostas ao país devido ao seu programa nuclear.

Conforme já explorado anteriormente, a guerra na Síria foi internacionalizada e transformada em uma disputa regional entre os principais atores do Oriente Médio, com os rivais de Teerã explorando a possibilidade de fazer sucumbir a estratégia do Eixo de Resistência através da derrubada do regime aliado em Damasco. Ao ter de comprometer esforços materiais significativos para sustentar o governo de al-Assad, o Irã perdeu a postura ofensiva que detinha e assumiu uma posição reativa e defensiva, ao mesmo tempo em que via eclodir inúmeras revoltas dentro do Iraque contra o governo xiita aliado de al-Maliki.

Em 2013, as sanções impostas contra o Irã devido ao seu programa nuclear também tiveram um ápice de seus efeitos, colaborando decisivamente para o estrangulamento econômico do país (MONSHIPOURI; DORRAJ, 2013). Nesse sentido, é importante distinguir os diferentes tipos de sanções impostas contra Teerã, quais sejam as sanções multilaterais da ONU e as sanções econômicas dos Estados Unidos e União Europeia.

A ONU aprovou sua primeira resolução multilateral contra o Irã apenas em 2006, a Resolução 1737 do Conselho de Segurança, quando barrou toda e qualquer assistência externa ao programa nuclear iraniano. Desde então, mais cinco resoluções foram aprovadas, com destaque para a mais recente, de 2010, Resolução 1929, que proibiu Teerã de investir em tecnologia nuclear e missilística, bem como em mineração de urânio (VISENTINI, 2014).

As sanções mais relevantes, entretanto, foram as econômicas, impostas pelos Estados Unidos e pela União Europeia, principalmente a partir de 2012. A União Europeia, ainda em

2010, havia banido relações entre os bancos europeus e bancos iranianos, mas só em 2012 banuiu a importação de petróleo e gás. Essa sanção trouxe um impacto significativo para o Irã visto que sua economia é extremamente dependente das exportações energéticas: 70% de suas exportações são de petróleo e 50% do orçamento governamental depende dos lucros dessas exportações (EIA, 2013). Como a UE era destino de mais de 20% das exportações iranianas, o volume total exportado pelo Irã caiu consideravelmente (TWB, 2013). Mesmo que Teerã tenha passado a exportar mais para países asiáticos, o volume total não se recuperou e, ainda em 2012, o país teve seu primeiro ano de crescimento negativo do PIB desde 1994, com uma taxa de -1,9%. O valor total das exportações caiu de 106 bilhões de dólares em 2011 para 65,3 bilhões em 2012 (EIA, 2013; TWB, 2013).

Os Estados Unidos, por sua vez, possuem sanções unilaterais contra o Irã desde pelo menos 1979. Em 2007, Washington aprovou uma lei que previa medidas punitivas a empresas internacionais de petróleo e gás que negociassem com o Irã, não se restringindo àquelas baseadas em seu território nacional, o que afugentou investimentos externos na República Islâmica. Entretanto, empresas asiáticas e algumas europeias ainda seguiam realizando negócios no país (VISENTINI, 2014). Foi somente a partir de 2012 e 2013 que os Estados Unidos realmente conseguiram impor sanções que afetaram decisivamente Teerã. A sanção FY 2012 NDAA, aprovada em 2012, congelou completamente os ativos iranianos e “passou a sancionar bancos estrangeiros que realizem qualquer pagamento através do Banco Central Iraniano ou qualquer banco designado como iraniano” (VISENTINI, 2014, p. 251).

Já em 2013, a sanção FY 2013 NDAA aprofundou a anterior e atacou a possibilidade de o Irã utilizar o sistema bancário internacional digital online, com um dispositivo que “requer que os fundos pertencentes ao Irã como resultado do comércio bilateral sejam creditados em uma conta localizada no país que realiza o pagamento e não deve ser repatriado para o Irã” (U.S. DOTT, 2013, tradução nossa). Como coloca Visentini (2014):

[...] a sanção garante uma espécie de comércio compensado, fazendo com que o Irã possa apenas comprar bens daquele país que comprou os produtos iranianos em um primeiro momento. Isso de certa forma é benéfico ao país em questão, visto que o Irã poderá comprar apenas seus produtos. Entretanto, é extremamente prejudicial ao Irã, já que apenas permite a entrada de bens e serviços estrangeiros, impossibilitando a entrada de divisas na forma de capital para investimento produtivo (VISENTINI, 2014, p. 251).

Ao cortar significativamente a exportação de gás e petróleo do Irã e a habilidade do país de participar da rede bancária internacional, a economia iraniana sofreu um golpe severo. Em 2013, a inflação no país chegou a mais de 40% a.a. e o desemprego beirava os 20%. O rial, moeda iraniana, desvalorizara-se mais de 80%, o que colaborou para o aumento da



inflação e crises de abastecimento alimentar (MONSHIPOURI; DORRAJ, 2013). O país também teve um novo ano de crescimento negativo do PIB, encolhendo a uma taxa de -1,3% (KATZMAN, 2013). Dessa forma, as promessas de Rouhani de melhorar a relação da República Islâmica com o resto do mundo poderiam servir tanto para aliviar a situação econômica através do levantamento das sanções, como para resolver a questão regional na Síria, que colaborava para o enfraquecimento do Irã.

Com os conservadores divididos entre seis candidatos e um reformista fraco que depois se retirou do pleito, Rouhani venceu as eleições presidenciais de junho de 2013. Sua vitória serviu tanto aos propósitos buscados por Khamenei como à vontade majoritária da população do Irã. A eleição de Rouhani trouxe de volta a legitimidade do sistema político do país na medida em que, diferentemente de 2009, o voto por mudança da população traduziu-se na eleição do clérigo que clamava por moderação e engajamento construtivo com o resto do mundo. O novo presidente não se mostrava como uma ameaça à República Islâmica, já que fazia parte da elite clerical, e, graças ao seu tom moderado, angariou os votos dos reformistas. A elite conservadora também não mais se dividiu entre clérigos e Guardas Revolucionários (SHERRILL, 2014).

Nesse sentido, com o apoio do povo e do Líder Supremo do Irã, Rouhani pode implementar sua nova postura de política externa prometida durante a campanha. Desde então, os principais objetivos do Irã foram: 1) resolver a situação com os Estados Unidos envolvendo o programa nuclear iraniano; e 2) estabilizar a região e o confronto na Síria, bem como proteger o território do Iraque frente ao subsequente avanço do Estado Islâmico.

#### **4.2 A nova política externa de Rouhani para os Estados Unidos: engajamento construtivo e o acordo nuclear**

Frente aos novos objetivos do governo, a administração de Rouhani acreditava que a prioridade inicial deveria ser uma melhora na relação com os Estados Unidos. Alcançar algum tipo de resolução no conflito com Washington não só possibilitaria a retirada das sanções contra Teerã, como também possibilitaria a tentativa de algum tipo de cooperação com os Estados Unidos na busca da estabilização da região. O Irã acreditava que os interesses de Washington eram diferentes daqueles buscados por seus aliados regionais, como a Arábia Saudita e a Turquia, e que os Estados Unidos poderiam beneficiar-se de uma resolução da guerra na Síria. Portanto, para que se entenda essa lógica e o processo que levou ao acordo

nuclear de 2015, faz-se necessário analisar a atual situação geopolítica enfrentada pelos Estados Unidos.

#### *4.2.1 Os Estados Unidos durante a administração Obama e a busca pelo desengajamento*

Quando Barack Obama assumiu a presidência dos Estados Unidos em 2009, encontrou um país que sofria para sustentar o custo de duas guerras de ocupação no Oriente Médio e que lutava para encarar as forças que tais conflitos desencadearam. Para que se compreenda tal momento vivido por Washington, bem como a centralidade do Irã nesse contexto, é necessário buscar as raízes do problema, qual seja a grande estratégia<sup>17</sup> seguida pelos Estados Unidos desde o final da Guerra Fria.

Com o fim da bipolaridade e da competição estratégica com a URSS, os Estados Unidos passaram a buscar a “dominância global” ou “primazia” como grande estratégia (MEARSHEIMER, 2011). Dois seriam os principais objetivos buscados a partir de então: “manter a primazia americana, o que significa garantir que os Estados Unidos permaneçam o Estado mais poderoso do Sistema Internacional; e expandir a democracia pelo globo, [...] moldando o mundo à imagem americana” (MEARSHEIMER, 2011, p. 19, tradução nossa). Há quem argumente que, ainda durante a Guerra Fria, os Estados Unidos já perseguiam algum tipo de hegemonia global ao tentar moldar pelo menos o bloco capitalista à sua imagem (LAYNE, 1997; PORTER, 2013). Porém, o pós-Guerra Fria traz uma diferença fundamental na postura de Washington: a falta de seletividade em suas intervenções. “[C]om a dominância global, nenhuma tentativa séria é feita para priorizar os interesses dos Estados Unidos, visto que eles são virtualmente ilimitados” (MEARSHEIMER, 2011, p. 19, tradução nossa).

A aplicação desta grande estratégia foi feita de maneira diferente por Bill Clinton (1993–2000) e por George W. Bush (2001–2008). Segundo Mearsheimer (2011), enquanto Clinton implementou a dominância global de maneira mais multilateral, através da aproximação de aliados e do uso de instituições internacionais, usando a força com mais cautela, George W. Bush teria buscado a dominância global através de ações unilaterais e com enorme uso da força para alcançar seus objetivos – incluindo mudanças na ordem política interna de outros Estados. Foi neste contexto de busca pela dominância global mais unilateral

---

<sup>17</sup> Grande estratégia é aqui definida como a maneira de articular as capacidades políticas, militares e econômicas de um Estado a fim de alcançar seus objetivos considerados vitais, da maneira como são entendidos por suas lideranças políticas (CEPIK; MACHADO, 2011). Outra definição, que complementa a recém exposta, coloca a grande estratégia como a forma com que se busca segurança nacional e desenvolvimento ao alinhar o poder de determinado Estado com seus interesses (PORTER, 2013). Seria assim a administração de uma cadeia de relações entre meios e fins em diferentes níveis de análise (PORTER, 2013).

que, sob o pretexto da Guerra ao Terror, George W. Bush desencadeou as guerras contra o Afeganistão (2001) e o Iraque (2003) – as raízes, em grande parte, dos atuais problemas dos Estados Unidos no Oriente Médio.

Essas duas guerras são chamadas por Brzezinski (2012) de “a longa guerra imperial” dos Estados Unidos. Segundo esse autor, Washington não soube aproveitar o extraordinário sucesso geopolítico que veio com o fim da Guerra Fria para colaborar com a estabilização de conflitos estratégicos. A reação aos ataques do 11 de Setembro de 2001 piorou a situação do país ainda mais, já que envolveu Washington em duas guerras intermináveis – o Afeganistão já é a guerra mais longa da história estadunidense. O falso pretexto das armas nucleares, utilizado para invadir o Iraque em 2003, desgastou imensamente a imagem dos Estados Unidos no Oriente Médio, o que piorou ainda mais com a crescente dimensão racial (árabe) e religiosa (Islã) que foi taxada ao terrorismo, desgastando as credenciais democráticas e de direitos humanos de Washington (BRZEZINSKI, 2012).

Friedman (2011) também afirma que desde o início da Guerra ao Terror, os Estados Unidos traçaram uma estratégia limitada, desenhada apenas, grosso modo, para lutar contra o terrorismo, perdendo a ideia de objetivos estratégicos de longo prazo. Além disso, conforme tratado no primeiro capítulo, a guerra do Iraque teve implicações geopolíticas extremamente importantes para o Oriente Médio: a desestruturação da ordem vigente até então e a incapacidade de reestabelecer qualquer outro equilíbrio estável (FRIEDMAN, 2011). Como resultado, o adversário político norte-americano, o Irã, fortaleceu-se ao utilizar suas relações do Eixo de Resistência, ao mesmo tempo em que Washington desgastava-se profundamente em duas guerras de ocupação.

Essa foi a crítica situação no Oriente Médio herdada pelo presidente Obama em 2009, somado ao contexto global com traços de uma multipolaridade em maturação – com a ascensão de potências asiáticas e o refortalecimento da Rússia (BRZEZINSKI, 2012). Dessa forma, Obama percebia os Estados Unidos diante de um contexto de mudança do centro de gravidade econômica global e de dinamismo do Atlântico para o Pacífico, evidenciando um momento de dispersão do poder geopolítico mundial (BRZEZINSKI, 2012). O novo presidente norte-americano sabia que teria de reorientar a política externa do país em direção a onde estariam seus interesses de mais longo prazo: a região da Ásia-Pacífico – estratégia a qual mais tarde foi chamada de “pivô para Ásia” (GERGES, 2012; EUA, 2010).

Entretanto, Obama compreendeu que não só as principais pressões de curto prazo para Washington ainda se encontravam no Oriente Médio, como também uma mudança na relação com esta região era condição necessária para efetivar o impulso em direção à Ásia-Pacífico

(JIANGUO, 2013). Para se desengajar do Oriente Médio, o presidente estadunidense teria de enfrentar dois problemas principais: 1) a incapacidade dos Estados Unidos derrotarem os movimentos jihadistas; e 2) o fato do maior adversário político de Washington no Oriente Médio, o Irã, ter se tornado um ator muito fundamental na região (GARDNER, 2012).

Em relação ao primeiro ponto, Gardner (2012) afirma que o apoio dos Estados Unidos a regimes autocráticos aliados, como as petromonarquias do Golfo – e principalmente a Arábia Saudita –, acaba gerando extremismo em vez de estabilidade. Essa clemência para com os regimes ditatoriais aliados dos Estados Unidos, a “Exceção Árabe”, acaba sendo um dos maiores impedimentos para a modernização da região (GARDNER, 2012). “Não existe outro lugar no mundo [...] em que o ocidente opere com tamanha condescendência letal e tão pouco apreço pelos direitos humanos e políticos dos cidadãos locais” que no Oriente Médio (GARDNER, 2012, p. xxix, tradução nossa). Paralelamente a isso, que por si só já é suficiente para criar insatisfação popular na região, as políticas de Washington de apoio quase irrestrito a Israel contra uma paz justa para os palestinos fomentam ainda mais ódio.

A clemência e apoio ocidental em relação aos ditadores árabes sunitas [...] se tornou uma afronta tão grande para a sensibilidade árabe e muçulmana quanto o viés pró-Israel do Ocidente na infinita batalha sobre como compartilhar a Palestina. Políticas em busca de estabilidade, petróleo barato e segurança ostensiva de Israel acabaram encubando terror islâmico (GARDNER, 2012, p. 2, tradução nossa).

Quanto à República Islâmica, a realidade geopolítica que teria surgido com a invasão ao Iraque e o fim da ordem sunita lá estabelecida “reforçou tanto o poder do Irã que quase nenhum problema na região – Palestina, Líbano e Afeganistão, assim como o Iraque – é solucionável sem o apoio de Teerã ou, no mínimo, sua aquiescência” (GARDNER, 2012, p. xxviii, tradução nossa). Eis o motivo, genuinamente geopolítico, mais do que por qualquer razão relacionada a não proliferação nuclear, que forçou os Estados Unidos sob a administração Obama a procurar um entendimento com a República Islâmica do Irã.

Como coloca Kinzer (2011), a tragédia do longo antagonismo dos Estados Unidos em relação ao Irã é que o confronto com a República Islâmica hoje prejudica Washington muito mais do que o beneficia. A inércia de anos de décadas de hostilidade trouxe ambos os países para a segunda década do século XXI ainda em uma posição antagônica. Entretanto, desde a invasão do Iraque, um Irã hostil aos Estados Unidos consegue efetivamente prejudicar os interesses norte-americanos.

A realidade é que nenhum dos principais objetivos americanos no Oriente Médio pode ser alcançado sem a cooperação do Irã: pacificar o Iraque, estabilizar o Líbano, acabar com o impasse do conflito Israel e Palestina, enfraquecer o fundamentalismo

islâmico, derrotar a Al-Qaeda, moderar a competição nuclear e reduzir a ameaça de guerras futuras (KINZER, 2011, p. 206, tradução nossa).

A administração Obama reconhecia essa realidade ao assumir a presidência em 2009. Entretanto, naquele momento, os Estados Unidos é que se encontrava em declínio no Oriente Médio. A República Islâmica ainda estava capitalizando sobre os ganhos obtidos após a invasão norte-americana do Iraque através da consolidação de sua rede de relações estratégicas do Eixo de Resistência. Nem mesmo as sanções econômicas impostas ao programa nuclear iraniano eram ainda efetivas o suficiente (KECK, 2013).

Dessa forma, as primeiras aberturas norte-americanas ao Irã, em 2009, não foram efetivamente aproveitadas pelas lideranças em Teerã, que também estavam enfrentando a crise política pós-reeleição de Ahmadinejad. Obama também não conseguiu superar a pressão neoconservadora por parte dos republicanos e de Israel, o qual temia a aproximação e a possibilidade de um acordo entre Washington e Teerã – posição personificada no primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu (PARSI, 2012). Assim, a despeito de uma promessa de mudança e de reformulação na relação com o Oriente Médio, Obama não conseguiu reverter o declínio iniciado pelas ações da era Bush e não pôde implementar um desengajamento e uma estabilização de focos de instabilidade – como no conflito com o Irã (GERGES, 2012; AKBARZADEH, 2011).

Foi então que os desencadeamentos geopolíticos da Primavera Árabe, em 2011, modificaram a situação. Os Estados Unidos reagiram aos eventos passiva e reativamente, criando um vácuo diplomático que permitiu que os atores da região tomassem a dianteira nas dinâmicas securitárias desencadeadas pelas revoltas árabes – como atesta a internacionalização da guerra na Síria (GERGES, 2012). Mesmo buscando não se engajar em uma nova guerra no Oriente Médio<sup>18</sup>, Obama não conseguiu melhorar a posição dos Estados Unidos na região, o que serviu apenas para aprofundar os problemas que Washington já enfrentava.

A mudança maior, entretanto, foi o fato de que o Irã agora se enfraquecera diante das mudanças geopolíticas trazidas pela guerra na Síria, colocando-o em uma postura defensiva.

---

<sup>18</sup> Ainda que a oposição interna de Obama e diversos analistas acusem a Casa Branca de fraqueza diante das revoltas árabes a partir de 2011, é possível compreender a postura de Washington como parte da estratégia que Obama procurou implementar desde o início (FRIEDMAN, 2012). De acordo com Friedman (2012), a nova postura dos Estados Unidos nasceu de um aprendizado com os erros do passado e de um reconhecimento realista dos limites de seu poder. Nesse sentido, Washington teria percebido que a derrubada de regimes autocráticos muitas vezes leva a uma situação brutal de anarquia interna quase incontrolável. Assim, a não intervenção dos Estados Unidos na Síria e seu perfil baixo na Líbia seriam fruto dessa estratégia que busca não intervir quando os interesses estratégicos estadunidenses não estão verdadeiramente ameaçados – reconhecendo que nem todos os problemas requerem ou justificam a intervenção norte-americana (FRIEDMAN, 2012).

Tais efeitos levaram à eleição de Rouhani, que, conforme já mencionado, compreendia a necessidade de dialogar com Washington diante da nova realidade regional (KECK, 2013). Portanto, a partir de 2013, as posições de Obama e Rouhani traduziam a nova convergência de interesses entre Estados Unidos e Irã, frente à necessidade de reverter o declínio que ambos Estados enfrentavam.

#### *4.2.2 O acordo nuclear iraniano*

Os primeiros sinais de mudança na relação Irã-Estados Unidos partiram de Teerã. Depois de sua eleição, em junho, Hassan Rouhani publicou um artigo no jornal *The Washington Post*, no dia 19 de setembro de 2013. No texto, Rouhani novamente trouxe a ideia do conceito de “engajamento construtivo” que, segundo ele, significaria “engajar-se com outros em uma base de igualdade e respeito mútuo, para tratar de preocupações conjuntas e alcançar objetivos conjuntos” através de soluções em que ambos os lados ganhassem (ROUHANI, 2013, online, tradução nossa). O presidente iraniano também clamou para que os povos do Oriente Médio fossem os responsáveis pelo seu próprio destino, afirmando que, para isso, o Irã estaria preparado para facilitar o diálogo entre o governo sírio e a oposição, em conjunto com vizinhos que estivessem dispostos a encontrar soluções benéficas a todas as partes envolvidas (ROUHANI, 2013). No artigo, que serviu como um recado com a visão do presidente do Irã, Rouhani claramente mostrou-se aberto ao diálogo, desde que respeitado pela outra parte.

Posteriormente, em outubro de 2013, Rouhani foi à abertura da Assembleia Geral da ONU em Nova York, onde formalizou seu discurso de moderação e pragmatismo, afirmando estar aberto a negociações com o ocidente em relação ao programa nuclear de seu país. Como resultado, o presidente Obama contactou Rouhani pelo celular, sendo o primeiro contato entre os presidentes de Estados Unidos e Irã desde 1979 (VISENTINI, 2014).

Após tal abertura, as negociações sobre a questão nuclear se reiniciaram em Genebra, envolvendo o Irã e o P5+1 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha). O Líder Supremo iraniano declarou seu apoio ao time de negociadores liderados pelo ministro das relações exteriores, Mohamed Javad Zarif, enfatizando a dificuldade da missão e que ninguém deveria enfraquecer ou insultar o grupo de negociadores (KARAMI, 2013).

Em 24 de novembro de 2013, foi firmado um acordo provisório por seis meses, onde o Irã se comprometia em não enriquecer urânio a taxas maiores que 5%, diluindo ou

convertendo em pastilhas aquele já enriquecido a 20% a fim de evitar a possibilidade de transformá-lo em armas nucleares. Além disso, Teerã não instalaria mais nenhuma centrífuga nuclear, e abriria para inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) as usinas em Natanz e Fordo. Em troca, os Estados Unidos levantaram algumas sanções impostas pelo Executivo – não necessitando, assim, de apoio do Congresso –, descongelando mais de 7 bilhões de dólares em ativos iranianos (STRATFOR, 2013). O acordo provisório foi tomado como uma medida de construção de confiança enquanto negociações mais profundas entre o P5+1 e o Irã continuariam depois de seis meses (VISENTINI, 2014).

Como consequência do acordo inicial, uma grande discussão iniciou-se em relação a se Teerã estava realmente negociando de forma verdadeira. Republicanos e neoconservadores dos Estados Unidos atacaram o acordo, assim como Israel e Arábia Saudita, acusando Teerã de estar apenas querendo ganhar tempo para construir uma bomba nuclear. Dentro desse contexto, Javad Zarif, o ministro iraniano de relações exteriores, publicou um artigo na renomada revista *Foreign Affairs*, intitulado “O que o Irã realmente quer”, em maio de 2014.

Nesse texto, Zarif (2014) argumentou que nenhum país do mundo via mais vantagem em permanecer isolado da comunidade internacional, sinalizando um desejo iraniano de normalizar sua inserção global. Em seguida, afirmou que o multilateralismo seria não apenas eficaz, mas também necessário para a resolução dos conflitos atuais, apontando que nem mesmo as grandes potências podiam permanecer em uma confrontação perpétua frente a outros países – aparentemente falando da relação entre Irã e Estados Unidos (ZARIF, 2014).

O ministro iraniano também destacou a posição única que o país teria em sua região, afirmando que Teerã poderia ativamente contribuir para a restauração da paz, segurança e estabilidade do Oriente Médio por ser um dos países mais bem consolidados da região (ZARIF, 2014). Em seguida, afirmou que Rouhani havia sido eleito com base em uma plataforma eleitoral que prometia moderação e uma mudança no padrão de relacionamentos do Irã para longe da confrontação e em direção ao diálogo construtivo.

Segundo Zarif, a própria crise envolvendo o programa nuclear teria sido manufaturada pelos inimigos do Irã, portanto sendo passível de resolução. Assim, através desse artigo, o Irã passou o recado de que estava disposto a negociar, mas também deixava claro que precisava ser respeitado como contrapartida. Nas palavras de Zarif (2014),

Para que se tenha sucesso, outros Estados precisam aceitar a realidade do papel proeminente do Irã no Oriente Médio e reconhecer seus direitos securitários legítimos e interesses nacionais. [...] É necessário coragem e liderança para aproveitar essa nova janela de oportunidade única, que pode não voltar a surgir. A oportunidade não deve ser perdida (ZARIF, 2014, p. 59, tradução nossa).

Em abril de 2015, depois de mais de um ano de intensas negociações, o P5+1 e o Irã chegaram a um histórico acordo, formalizado no dia 14 de julho de 2015, após acertos técnicos. O acordo, chamado de Plano Geral de Ação Conjunta (da sigla em inglês JCPOA, *Joint Comprehensive Plan of Action*), estipulou que o Irã cortaria em 98% seu estoque de urânio levemente enriquecido (enriquecimento com taxas menores de 5%), o que significaria diminuir o estoque de 7.500kg para 300kg (BORGER, 2015). O país também reduziria em dois terços o número de centrífugas por pelo menos quinze anos – de 19.000 centrífugas para 6.104, das quais apenas 5.000 enriqueceriam urânio de fato. Além disso, durante esse tempo, o Irã enriqueceria urânio em no máximo taxas de 3,67% (BORGER, 2015).

Em relação às instalações nucleares, nenhuma instalação nova de enriquecimento de urânio ou de águas pesadas será construída e apenas Natanz estaria autorizada a enriquecer urânio nos níveis estipulados. A usina em Fordo seria convertida para uso em pesquisas científicas apenas, e o reator de águas pesadas em Arak seria alterado para não mais poder produzir plutônio. Todos os sítios ficariam sob supervisão da AIEA (BORGER, 2015).

Do outro lado, em troca do cumprimento do que foi acordado, os Estados Unidos e a União Europeia encerrariam suas próprias sanções econômicas, principalmente as relacionadas à proibição de importação de gás e petróleo e as relacionadas à participação do Irã no sistema bancário eletrônico internacional. O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovaria uma resolução encerrando o pedido pela imposição de sanções contra o Irã, mas o embargo de armas seria levantado apenas em cinco anos, e a proibição de transferência de tecnologia missilística seria anulado apenas depois de oito anos (BORGER, 2015).

O parlamento iraniano aprovou o acordo nuclear em outubro de 2015, enquanto nos Estados Unidos os Democratas conseguiram impedir que o Congresso sabotasse o acordo (SCHWARTZ, 2015; WILKIN; SHARAFEDIN, 2015). Percebe-se que tal entendimento pode representar o início de um rearranjo nas relações entre Estados Unidos e Irã, cujos resultados estão ainda sendo sentidos pelo Oriente Médio.

Rouhani tinha plena consciência de que os ganhos estratégicos advindos de uma postura ofensiva estavam esgotados, e que, para não perder tudo que Teerã conquistara, era necessário aderir a uma postura moderada. Os Estados Unidos, por sua vez, aproveitaram a mudança na situação do Irã para tentar engajar a República Islâmica em uma relação menos conflituosa, flertando com a ideia de cooperação em arenas onde os interesses de Washington e Teerã convergiam. Nesse sentido, destaca-se principalmente a luta contra o jihadismo sunita, um inimigo de ambos os Estados. A emergência do Estado Islâmico acabou tornando-se, ainda em 2014, a primeira prova dessa nova relação.



### 4.3 A política externa de Rouhani frente ao desafio regional do Estado Islâmico

Rouhani, conforme já mencionado, buscava não apenas resolver sua situação com os Estados Unidos, mas também alcançar algum tipo de resolução do conflito na Síria de maneira não prejudicial ao Irã. O governo do novo presidente parecia acreditar que, na medida em que se resolvesse o conflito com Washington, tornar-se-ia mais factível encerrar a crise no território sírio.

Porém, um novo desafio surgiu a partir de 2014, em meio às negociações sobre a questão nuclear: o grupo jihadista denominado Estado Islâmico, responsável por conquistar territórios tanto na Síria quanto no Iraque. Temendo a dominação desses países por um grupo hostil à República Islâmica, Teerã foi forçado a aumentar seus esforços na contenção do EI e na sustentação de regimes aliados a si. O diferencial a partir de 2014, porém, é que o Irã enfrentava um inimigo em comum com os Estados Unidos. Nesse sentido, a luta contra o EI ofereceu ao Irã também novas oportunidades, mesmo que diante de um cenário regional cada vez mais complexo.

#### 4.3.1 A ascensão do Estado Islâmico

A situação na Síria mudou drasticamente após a ascensão do grupo jihadista Estado Islâmico, principalmente pelo fato de este ter também atacado o Iraque, criando uma crise que englobou os dois países. Ao colocar ambos os Estados em risco, diversos países tiveram de responder à ascensão do EI, de maneiras por vezes conflitantes. Portanto, é necessário realizar uma análise da maneira como o EI emergiu a fim de compreender suas raízes, sua extensão e o impacto do grupo para a Síria e o Iraque.

As origens do EI, ou ISIS (sigla em inglês para *Islamic State in Iraq and Syria*), remontam a um grupo jihadista chamado Jamaat al-Tawhid wal-Jihad e seu líder, o jordaniano Abu Musab al-Zarqawi. Zarqawi formou seu grupo no Afeganistão depois da tomada do país pelo Talibã, tendo se deslocado para o Iraque após a invasão dos Estados Unidos no território afegão, instalando-se na província de Anbar (HASHIM, 2014). Somente após 2003 e a invasão norte-americana do Iraque que Zarqawi conseguiu expandir sua presença no solo iraquiano, aproveitando-se dos expurgos cometidos pela nova administração em Bagdá, com apoio de Washington, aos sunitas ligados ao antigo partido de Saddam Hussein, o Baas (HASHIM, 2014).

Zarqawi conseguiu angariar o apoio de vários sunitas que se radicalizaram contra a ocupação dos Estados Unidos e, em 2004, jurou lealdade à al-Qaeda no Iraque (AQI), tornando-se um dos seus líderes locais. A AQI, desde então, clamava pela jihad contra os “infieis”, que aqui incluíam não apenas as tropas dos Estados Unidos, mas também os xiitas que estavam assumindo o poder em Bagdá. Desde essa época, a AQI sofreu bastante influência das técnicas de Zarqawi, que usava homens-bomba contra centros civis a fim de causar o maior número de mortes possíveis. Tal postura gerou desentendimentos entre os dois principais líderes da al-Qaeda, Osama bin Laden e al-Zawahiri, e Zarqawi, visto que os primeiros acreditavam que as táticas de Zarqawi eram extremistas demais e apenas faziam a organização perder legitimidade aos olhos da população sunita local (HASHIM, 2014). Paralelamente, Zarqawi também insistia que deveria ser uma prioridade a construção de uma base territorial para se restituir a instituição do califado, pois só assim os sunitas poderiam se fortalecer e atacar seus inimigos com maior efetividade (NAPOLEONI, 2015). É importante destacar que várias dessas ideias de Zarqawi estão presentes no imaginário e nas táticas do EI atualmente.

Veio então a eclosão da guerra civil iraquiana, instigada pela AQI, que colocou sunitas contra a maioria xiita da população – considerados aliados dos Estados Unidos no Iraque por, grosso modo, comporem o novo governo em Bagdá. Em junho de 2006, al-Zarqawi foi assassinado por forças norte-americanas. A AQI foi assumida, então, por Abu Omar al-Baghdadi, que transformou a organização no Estado Islâmico do Iraque (EII). Entretanto, o EII surgiu em meio a uma resposta de Washington para a guerra civil iraquiana<sup>19</sup>, a qual se encerrou em 2008 com o EII bastante enfraquecido. Em 2010, Omar al-Baghdadi foi assassinado por um Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) norte-americano, assumindo em seu lugar Abu Bakr al-Baghdadi, o atual líder do EI (HASHIM, 2014).

Abu Bakr al-Baghdadi foi o responsável por reestruturar o EII. Desde o momento em que assumiu o posto de líder da organização, al-Baghdadi afirmava compartilhar das ideias de Zarqawi de que era necessário criar uma entidade territorial para fortalecer a jihad. Nesse sentido, os governos ilegítimos – ou seja, não islâmicos e aliados com o ocidente – deveriam ser derrubados e substituídos pelo califado, que não mais distinguiria os Estados pelas

---

<sup>19</sup> Washington percebeu que o EII fortalecia-se graças ao apoio popular dos sunitas iraquianos que viviam na província de Anbar, os quais consideravam o governo xiita em Bagdá excludente e sectário. Nesse sentido, para derrotar o EII e, conseqüentemente, encerrar a guerra civil no Iraque, os Estados Unidos empregaram duas estratégias: 1) um aumento de soldados, o *surge*; e 2) uma abordagem aos líderes sunitas em Anbar para que se levantassem contra o EII em troca do compromisso do governo em Bagdá de incluí-los na administração pública e no exército do país, o *awakening*. Em conjunto, as estratégias foram eficazes para cortar o apoio popular do EII e enfraquecer o grupo jihadista (SIMIONATO; MARASCHIN, 2014).

fronteiras impostas pelo colonialismo europeu. A fim de cumprir tal objetivo, Baghdadi reorganizou o EII, criando uma organização hierárquica e com divisões administrativas (HASHIM, 2014).

Contudo, foi com a eclosão da crise na Síria, a partir de 2011, que Baghdadi percebeu uma oportunidade de fortalecer sua organização. Em agosto daquele ano, Baghdadi despachou alguns membros do EII para a Síria, comandados pelo sírio Abu Mohammed al-Jolani. O pequeno grupo começou a construir uma rede jihadista clandestina e realizar operações em território sírio, principalmente em Damasco. Entretanto, o grupo de al-Jolani somente reivindicou crédito por seus atos em janeiro de 2012, quando se proclamaram como o grupo Jabhat al-Nusra. Dessa forma, apesar de serem jihadistas provenientes do EII e de diversas nacionalidades, a al-Nusra foi criada como um grupo nacional para evitar qualquer alarde sobre sua ligação com a al-Qaeda (WEISS; HASSAN, 2015). Em fevereiro daquele ano, Zawahiri, que assumira como líder da al-Qaeda após a morte de Osama bin Laden, também lançou um comunicado que conclamava para que todos os jihadistas tomassem parte do conflito na Síria – sem jamais demonstrar a ligação entre a al-Qaeda e a al-Nusra (HASHIM, 2014).

Gradualmente, a al-Nusra foi se fortalecendo dentro da Síria, principalmente por conseguir se apoderar de grande parte do suporte material, incluindo armas, que era enviado aos combatentes em território sírio. Conforme já descrito no capítulo anterior, os principais beneficiários da ajuda enviada, sobretudo pelas monarquias do Golfo, foram os grupos jihadistas islâmicos e não a oposição moderada secular. Como coloca Cockburn (2015, p. 3, tradução nossa),

[membros da al-Nusra e o ISIS] afirmavam que sempre ficavam satisfeitos quando armas sofisticadas eram enviadas aos grupos anti-Assad porque sempre conseguiam se apoderar dessas armas através de ameaças com uso da força ou por pagamentos em dinheiro.

O próprio vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, teria afirmado no dia 2 de outubro de 2014 que a Arábia Saudita, a Turquia e os Emirados Árabes Unidos

estavam tão determinados em derrubar Assad que eventualmente criaram uma guerra proxy entre sunitas e xiitas. O que eles fizeram? Eles despejaram centenas de milhares de dólares e dezenas de milhares de toneladas de armas sobre qualquer grupo que lutasse contra Assad, o problema sendo que quem recebia esse material era a al-Nusra, a al-Qaeda e outros elementos extremistas vindo de outras partes do mundo (COCKBURN, 2015, p. xix-xx, tradução nossa).

Em 2013, a al-Nusra já havia emergido como uma das principais forças contra o regime de al-Assad, tendo assim se consolidado ao tomar a capital da província de Raqqa, em

março daquele ano – a futura capital do califado do Estado Islâmico. Ao perceber o relativo sucesso jihadista na Síria, em abril de 2013, Abu Bakr al-Baghdadi anunciou que o EII e a Frente al-Nusra estavam unindo-se para formar o Estado Islâmico no Iraque e na Síria (ISIS, em inglês). Entretanto, al-Jolani, o comandante da al-Nusra, recusou a fusão entre os dois grupos, ainda que se dizendo grato por todo o apoio de al-Baghdadi quando da formação do grupo na Síria (WEISS; HASSAN, 2015).

A al-Qaeda também reagiu ao comunicado, com Zawahiri condenando o movimento e ordenando que os dois grupos permanecessem separados, cada um como o braço da organização em um dos países. Baghdadi rejeitou as ordens de Zawahiri, enviando novas forças à Síria a fim de subjugar a al-Nusra, o que levou, em 2014, ao rompimento do ISIS com a al-Qaeda. O ISIS, assim, conseguiu angariar adeptos da al-Nusra para suas fileiras, ainda que a fusão nunca tenha sido completa e, até o momento, o grupo ainda se choque com o que sobrou da al-Nusra (WEISS; HASSAN, 2015).

O grupo jihadista de al-Baghdadi, tendo se consolidado na Síria ao se apossar das diversas conquistas territoriais da al-Nusra – principalmente da cidade de Raqqa –, moveu sua atenção de volta ao Iraque, seu país de origem. Isso ocorreu em um momento de aumento da exclusão sectária por parte do governo do Primeiro-Ministro xiita iraquiano, Nouri al-Maliki, o qual nunca cumpriu devidamente as promessas feitas aos líderes sunitas depois da guerra civil iraquiana em 2008 (COCKBURN, 2015).

Em fevereiro de 2014, a ofensiva do ISIS no Iraque conseguiu capturar a cidade de Fallujah e, em junho, foi tomada a cidade de Mosul, a segunda maior do Iraque. Com o controle de Mosul, o ISIS se autoproclamou como o novo califado, adotando o nome de Estado Islâmico. Al-Baghdadi, o novo califa, conclamou a subserviência de todos os muçulmanos ao EI e declarou o fim da autoridade dos Estados modernos – simbolizado pela derrubada da “fronteira física” entre Iraque e Síria. De acordo com Cockburn (2015), as cidades foram conquistadas com tanta facilidade não só devido à fraqueza do exército iraquiano, mas também pelo apoio inicial que encontraram da população sunita local, que se sentia excluída pelo governo sectário de Nouri al-Maliki e via o avanço do grupo como uma espécie de libertação sunita. Somente mais tarde, já sob o jugo das brutais leis do EI, que o apoio da população dominada começaria a se dissolver.

O exército iraquiano, treinado e equipado pelos Estados Unidos, desmanchou-se ao enfrentar o EI. Na Síria, os chamados rebeldes moderados tinham agora menos poder que o EI. O exército de al-Assad, por sua vez, permanecia como a principal força capaz de conter o grupo terrorista. Entretanto, o regime tem focado seus recursos – já extremamente exauridos –

no oeste do país, enquanto o EI domina o leste. Ao mesmo tempo, tanto no norte da Síria quanto no norte do Iraque, os curdos também se mobilizaram para conter o avanço do EI: em agosto de 2014 os jihadistas atacavam o Curdistão iraquiano ao redor de Erbil e em setembro de 2014 passavam a cercar Kobane, cidade curda na Síria, perto da fronteira com a Turquia (COCKBURN, 2015).

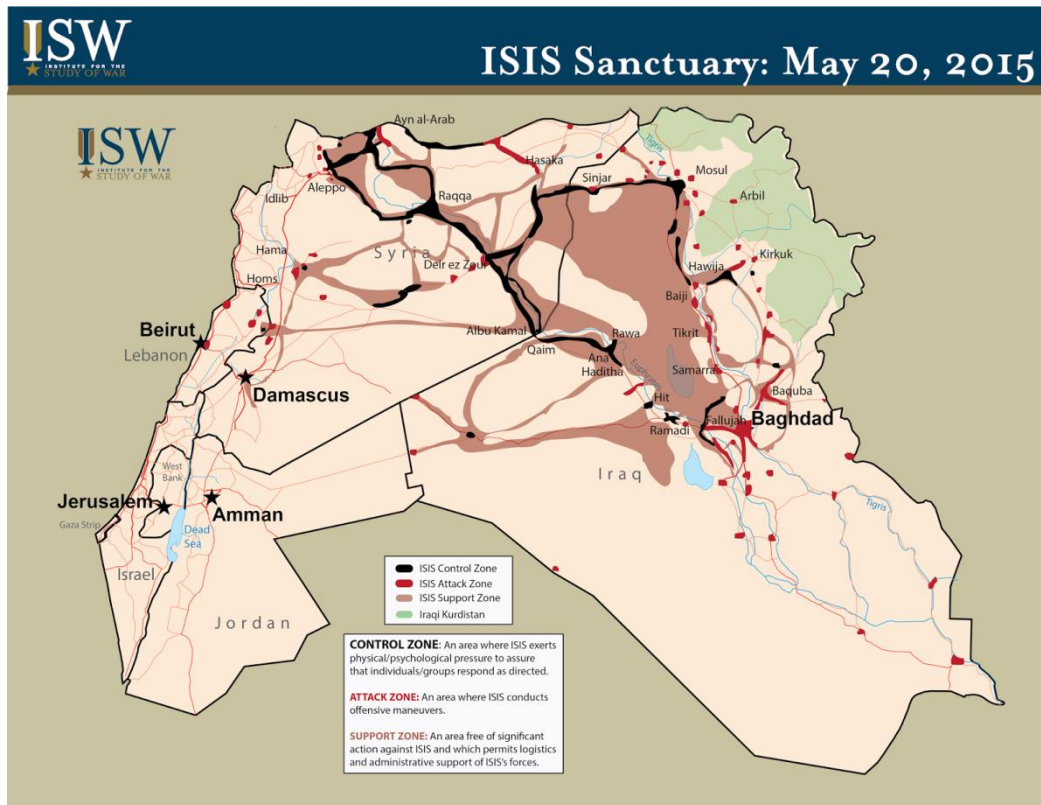
A proximidade do EI da Turquia e a possibilidade de tomar os territórios curdos fez com que os Estados Unidos conchassem a formação de uma nova coalizão – *Combined Joint Task Force: Operation Inherent Resolve* – para realizar ataques aéreos contra alvos do EI. A coalizão foi formada, principalmente, por Estados Unidos, França, Reino Unido, além de países como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Jordânia, com a Turquia também se juntando ao grupo em meados de 2015 (COCKBURN, 2015).

#### *4.3.2 A resposta do Irã ao Estado Islâmico: pragmatismo e oportunidades geopolíticas*

Diante do avanço do EI no Iraque, o Irã percebeu que poderia sofrer uma grande perda estratégica caso o governo de Bagdá fosse derrubado e substituído por um regime sunita hostil à República Islâmica. Dessa forma, não apenas Teerã teve de continuar sustentando o regime de al-Assad na Síria, como também teve de partir para a ofensiva dentro do Iraque para apoiar Bagdá. Apesar do novo desafio, a República Islâmica trava agora um confronto contra o EI, um inimigo que compartilha com os Estados Unidos. Em razão disso, Teerã e Washington adotaram um maior pragmatismo externo, o que rendeu novas oportunidades para a República Islâmica.

De início, a primeira resposta do Irã ao avanço do EI no Iraque foi o apoio às milícias xiitas para sustentar o governo de Bagdá. O aiatolá Ali al-Sistani, principal líder religioso xiita iraquiano, também conchassem os xiitas a ajudarem na defesa do seu país contra as forças do EI. De fato, depois do colapso do exército nacional iraquiano frente ao EI em junho de 2014, as milícias xiitas se tornaram a força mais poderosa do Iraque (DEHGHPISHEH, 2014). Segundo tal autor, para além dos mais de 40.000 voluntários xiitas que responderam ao chamado de al-Sistani, destacam-se três grandes organizações apoiadas pelo Irã: Organização Badr, Kataib Hezbollah (KH) e Asaib Ahl al-Haq (AAH). Todas as três possuem braços políticos e são armadas e treinadas com a ajuda do Irã, sob a coordenação de Qassem Soleimani – o comandante da força al-Quds dos Guardas Revolucionários (DEHGHPISHEH, 2014).

Figura 4 – Extensão do EI em Março de 2015



Fonte: ISW, 2015

A Organização Badr é composta de 10 a 15 mil combatentes e é liderada por Hadi al-Amri. Originalmente chamada de Brigadas Badr, servia desde 1982 como o braço armado de um partido político xiita iraquiano apoiado pelo Irã durante a Guerra Irã-Iraque. Al-Amri lutou junto do IRGC durante tal guerra e, depois de 2003, assumiu um assento no parlamento do país (DEGHANPISHEH, 2014). Já o KH é liderado por Abu Mahdi al-Mohandes e é composto por 3 mil combatentes, sendo considerado um grupo terrorista pelos Estados Unidos dados os ataques do grupo contra forças norte-americanas durante a ocupação pós-2003. Al-Mohandes viveu exilado no Irã entre 1983 e 2003, tendo cooperado com IRGC desde então. Após a invasão, assumiu um assento no parlamento e é considerado um dos canais de ligação entre os governos de Teerã e Bagdá (DEGHANPISHEH, 2014). Por fim, o grupo AAH, liderado por Qais Khazali, consiste em 10 mil combatentes, tendo sido parte da milícia xiita Exército de Mahdi, entre 2004 e 2006, quando realizavam ataques contra as forças de ocupação norte-americanas (DEGHANPISHEH, 2014).

Essas milícias não apenas garantiram apoio ao governo de Bagdá na luta contra o EI, como consolidaram ainda mais a presença do Irã dentro do Iraque – a qual é crescente desde

2003<sup>20</sup>. Mais importante, porém, é o fato de que esse apoio iraniano na luta contra o EI no Iraque acabou servindo aos interesses dos Estados Unidos. Em meio às negociações sobre a questão nuclear, um novo inimigo em comum surgiu para Washington e Teerã.

Essa nova convergência de interesses fez com que ambos os países passassem a coordenar certas ações no Iraque, ainda que de maneira encoberta por motivos políticos (GUIMARÃES; MÜLLER, 2014). Depois do avanço do EI em junho de 2014, o vice-ministro de relações exteriores para assuntos árabes e africanos do Irã, Hossein Amir-Abdollahian, encontrou-se com Jake Sullivan, assessor do vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em Omã. Durante o encontro nesse país do Golfo, os representantes do Irã e dos Estados Unidos se coordenaram para apoiar a saída do Primeiro-Ministro iraquiano, Nouri al-Maliki, visto como sectário e também responsável pela crise no Iraque, e sua substituição por Haider al-Abadi, atual Primeiro-Ministro do Iraque (STRATFOR, 2014b).

Essa coordenação, entretanto, não ocorreu apenas para apoiar a subida ao poder de Haider al-Abadi. De maneira ainda mais importante, os Estados Unidos já agiram diversas vezes no Iraque em conjunto com o exército iraquiano e milícias xiitas, que envolvem membros do IRGC em meio a elas. Através dos ataques e do apoio aéreo norte-americano, as forças iraquianas e xiitas conquistaram importantes vitórias (COCKBURN, 2015). Exemplos foram a reconquista da cidade de Amerli, no final de agosto de 2014, e a retomada de Tikrit, no final de março de 2015, do domínio do EI. Nas palavras de Cockburn (2015),

No Iraque, os Estados Unidos e o Irã ainda estão publicamente denunciando um ao outro, mas quando as milícias xiitas controladas pelo Irã atacaram o norte, vindas de Bagdá, em setembro, para encerrar o cerco do EI à cidade xiita turcomena de Amerli, seu avanço foi possível graças aos ataques aéreos dos Estados Unidos às posições do EI. [...] Claro, representantes americanos e iranianos negam que há uma colaboração ativa, mas no momento eles estão perseguindo políticas paralelas em relação ao EI, comunicando suas intenções através de terceiras partes e serviços de inteligência (COCKBURN, 2015, p. xiv-xv, tradução nossa).

Essa postura dos Estados Unidos está em consonância com o que a administração Obama tem buscado na região. Washington tem procurado não se envolver em novas guerras no Oriente Médio diretamente, preferindo que forças regionais sejam as responsáveis por mobilizar capacidades terrestres nesses conflitos. De fato, em um discurso na academia militar de West Point, em maio de 2014, Obama deixou claro que os Estados Unidos não mais

---

<sup>20</sup> Desde a derrubada do regime de Saddam Hussein em 2003, o Irã tem cultivado laços políticos e econômicos bastante importantes com Bagdá. O Iraque é um dos maiores parceiros econômicos da República Islâmica, servindo como segundo maior destino para as exportações não energéticas do Irã – o que é um grande incentivo para os setores iranianos de manufatura e tecnologia. Os produtos da República Islâmica já compõem uma parte significativa das importações iraquianas, havendo uma presença bastante grande de empresas do Irã no território do Iraque (HEYDARIAN, 2012).

estariam dispostos a resolver todos os problemas do mundo sozinhos – um reconhecimento não apenas dos limites do poderio norte-americano, mas também da reduzida efetividade das últimas intervenções. Nesse sentido, o presidente dos Estados Unidos reforçou a necessidade de aliados regionais para resolver problemas de diferentes regiões – discurso cujo foco específico abarcava o Oriente Médio (EUA, 2014).

Também é importante destacar que, segundo a nova política de Rouhani de promover a mediação e estabilização dos conflitos regionais, a República Islâmica do Irã chegou a tentar uma breve aproximação com sua rival regional, a Arábia Saudita. O vice-ministro iraniano de Relações Exteriores para Assuntos Árabes e Africanos, Hossein Amir-Abdollahian, esteve em território saudita em agosto de 2014, mas, em menos de dois meses, Riad encerrou as discussões com Teerã. A Arábia Saudita afirmou acreditar que o diálogo não estava sendo suficiente para conter o que chamava de expansionismo iraniano – principalmente dado o avanço dos rebeldes Houthis no Iêmen, os quais os sauditas veem como *proxies* iranianos (GUZANSKY; NEUBAUER, 2015).

De qualquer forma, percebe-se que o EI tornou-se uma nova força geopolítica de grande impacto para o Irã. Conforme argumentado neste trabalho, o contexto geopolítico do Oriente Médio vem moldando as oportunidades e vulnerabilidades da política externa iraniana: entre 2003 e 2011, a República Islâmica pôde expandir sua influência na região; e, a partir de 2011, enfraqueceu-se devido à crise na Síria e ao impacto das sanções econômicas ocidentais. De fato, esse enfraquecimento foi o que levou Rouhani a eleger-se sobre uma plataforma de moderação e a engajar-se nas negociações nucleares com os Estados Unidos. O surgimento do EI como inimigo, por sua vez, emergiu como uma força que revigorou o poder iraniano, já que tornava o Irã necessário na luta contra o grupo (STRATFOR, 2014a).

No Iraque, a ascensão do EI mobilizou a comunidade xiita do país a resistir ao grupo jihadista, o que deu legitimidade para Teerã manobrar através de suas milícias e de Bagdá. Os Estados Unidos, dispostos a participar apenas com ataques aéreos, tiveram de aceitar as forças terrestres apoiadas pelo Irã na luta contra o EI. Na Síria, com o enfraquecimento dos rebeldes moderados e a preponderância dos grupos jihadistas, Washington viu-se diante de uma complexa situação. As forças mais capazes de resistir ao EI eram o regime em Damasco e seus aliados, como o Hezbollah libanês – as quais, ainda que não pudessem reconquistar todo o território sírio, podiam evitar que ele fosse tomado inteiramente pelo EI – e os curdos, com os quais a Turquia tem problemas. Nesse sentido, ao considerar a perspectiva de surgimento de um Estado falido ou dominado por jihadistas sunitas na Síria pior que o regime de al-Assad, Washington teve de abandonar a hostilidade aberta a al-Assad para assumir uma



postura de maior neutralidade e priorização do combate ao EI. Esse cenário também acabou por dar um poder relativo de negociação para Damasco e Teerã (STRATFOR, 2014a).

Essa é a complexa situação regional enfrentada por Hassan Rouhani. Ainda que tenham se passado apenas dois anos desde sua chegada ao poder em Teerã, fica claro que o presidente iraniano conseguiu imprimir sua promessa de moderação à política externa do país, principalmente no que tange seu conflito com os Estados Unidos – resultando no acordo nuclear de 2015. No que tange à região e à Síria, Rouhani teve de sustentar uma postura mais realista, mantendo as prioridades geopolíticas do país, como a sustentação dos regimes aliados em Damasco e Bagdá. Tal postura parece apontar para uma política de Estado muito mais do que de governo, que vai ao encontro da busca iraniana por sustentar sua influência na região – uma base estrutural de sua política externa. Ao mesmo tempo, mais do que nunca, a República Islâmica vem atestando o pragmatismo e a racionalidade em sua postura internacional, visto que prioriza a luta contra um inimigo comum dos Estados Unidos, coordenando-se com Washington em inúmeras vezes, ainda que de maneira encoberta.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou compreender o impacto das recentes mudanças geopolíticas no Oriente Médio sobre a política externa do Irã. O foco da análise foram os eventos desencadeados a partir de 2011 na Síria, por compreender que este país é fundamental na estratégia regional iraniana. De fato, a crise síria foi instrumentalizada pelos adversários da República Islâmica, que forneceram apoio à oposição sunita a fim de que esta derrubasse o regime em Damasco, aliado fundamental de Teerã. Percebe-se que a guerra na Síria forçou o Irã a adotar uma postura defensiva, comprometendo uma quantidade significativa de recursos iranianos na proteção do governo de al-Assad. Dessa forma, sem deixar de levar em consideração o papel que as sanções econômicas tiveram sobre o Irã, explicitou-se como os eventos na Síria colaboraram para forçar a República Islâmica a moderar sua política externa diante do enfraquecimento de sua rede de aliados estratégicos no Oriente Médio.

Inicialmente, comprovou-se que a relação entre o Irã e a Síria tornou-se estratégica pelo fato de Damasco ser um elo fundamental na rede de alianças cultivadas pela República Islâmica. É através da cooperação com o regime sírio que o Irã conseguia articular uma projeção de influência em direção ao Levante, possibilitando também a Teerã sustentar seus aliados não estatais, como o Hezbollah libanês e o Hamas palestino. Conforme analisado, essa rede de alianças, também conhecida como Eixo de Resistência, serviu a Teerã como uma estratégia regional desde, pelo menos, a invasão do Iraque em 2003, devido tanto ao seu potencial de retaliação quanto às possibilidades de projeção de influência para outras arenas políticas da região.

O ponto de inflexão analisado para a política externa do Irã foram os protestos na Síria, a partir de 2011. Estes foram transformados na medida em que um alto nível de interferência estrangeira passou a assolar o país, desencadeando novas forças regionais e um rearranjo geopolítico no Oriente Médio. Os principais adversários regionais do Irã – como a Arábia Saudita e a Turquia – internacionalizaram o conflito ao fornecer extenso apoio militar e diplomático à oposição sunita, procurando derrubar o principal aliado de Teerã. O problema, entretanto, foi que os principais beneficiados deste apoio foram os grupos jihadistas, o que eventualmente fortaleceu esse tipo de oposição radical.

A ofensiva dos oponentes iranianos na Síria efetivamente comprometeu o Eixo de Resistência como instrumento de articulação coletiva, visto que todos seus componentes foram afetados pelo conflito de maneira significativa. A República Islâmica, forçada a sustentar uma postura defensiva desde então, teve consciência do seu momento de

vulnerabilidade – que se somava ao efeito de pico das sanções impostas contra o país. A elite política do país compreendeu que uma estratégia ofensiva comprometeria a posição do Irã, optando, portanto, por uma mudança de rumo na política externa em direção a uma maior moderação regional e na busca de um engajamento construtivo com os Estados Unidos.

Diante da análise dos fatos aqui apresentados, o trabalho procurou colaborar com o esforço de compreensão dos motivos responsáveis por uma mudança na política externa do Irã a partir da eleição de Hassan Rouhani em 2013. A posição iraniana como um dos principais polos do Oriente Médio justifica o estudo do país, sendo necessário entender como uma alteração na sua postura pode impactar a região como um todo. Buscou-se, assim, apontar o impacto que a crise na Síria teve para a estratégia do Irã, compreendendo como a geopolítica regional é um vetor fundamental na política externa dos países da região.

De fato, as revoltas árabes são apenas mais um novo capítulo na história do Oriente Médio, onde um evento de grande impacto torna-se um ponto de inflexão para a região, implicando em uma reorganização das forças geopolíticas e em uma reavaliação das estratégias perseguidas pelos países da região. No século XXI, a invasão do Iraque em 2003 foi o primeiro novo ponto de inflexão pelo qual o Oriente Médio atravessou, cujo resultado, dentre outros, foi uma ascensão regional iraniana. A crise na Síria, em seguida, foi um novo ponto de inflexão, o qual interrompeu esse ciclo ascendente do Irã, novamente alterando a correlação de forças entre os principais atores envolvidos na região.

Mais recentemente, dois acontecimentos se destacam devido ao impacto que trazem para o Oriente Médio: o acordo nuclear entre o Irã e o P5+1 e a ascensão do Estado Islâmico. Em relação ao acordo, nota-se um entendimento entre os dois principais campos políticos antagônicos da região, o que pode representar um novo tipo de relação entre Teerã e Washington. O surgimento do Estado Islâmico, por sua vez, afetou as alianças envolvidas nos conflitos na Síria e no Iraque, forçando a mudanças nas prioridades das partes envolvidas. Percebe-se uma maior hostilidade dos Estados Unidos em relação ao EI ao invés de al-Assad, bem como uma colaboração de Teerã e Washington no Iraque na luta contra o grupo jihadista.

Tais eventos também alteram fundamentalmente a geopolítica da região. Ainda que a ascensão do EI esteja ligada à crise na Síria, o acordo nuclear iraniano pode representar um novo ponto de inflexão para a região na medida em que o Irã passe a normalizar sua inserção internacional. Essa normalização, bem como a concertação com os Estados Unidos no Iraque neste momento, não significa, porém, que Washington tenha passado a favorecer o campo político iraniano ou que aceite o regime de al-Assad. Os novos acontecimentos tão somente representam a possibilidade de Washington estar buscando uma maior margem de manobra na

região, evitando continuar sua total dependência frente a aliados tradicionais – Israel e Arábia Saudita –, o que ocorre dentro da estratégia de desengajamento do Oriente Médio. Ao pragmaticamente se utilizar tanto do Irã quanto de Israel, Arábia Saudita e Turquia, os Estados Unidos poderiam procurar balancear seus interesses de acordo com aquele que oferecer melhores oportunidades. Da mesma forma, pode-se inferir que a reticência de Washington em interferir diretamente no Oriente Médio, bem como essa busca por uma *détente* com o Irã, apontam para uma crescente consciência estadunidense em relação aos limites de seu poder. O momento unipolar dos Estados Unidos parece, assim, cada vez mais um período ultrapassado.

Para o Irã, isso representaria a normalização de sua inserção no mundo e na região. Dessa forma, ainda que Teerã tenha sido forçado a negociar com os Estados Unidos em 2013 a partir de uma posição mais vulnerável, dados as sanções econômicas e seu enfraquecimento regional, o acordo nuclear e a luta contra o EI abriram novas oportunidades para o Irã, cujos efeitos e consequências ainda estão por serem analisados.

Entretanto, ainda é cedo para afirmar que estes acontecimentos recentes são um novo ponto de inflexão regional, ou se somente serão o prosseguimento dos desdobramentos iniciados em 2011. Os próximos passos da pesquisa parecem apontar, portanto, para o acompanhamento da nova inserção do Irã na região e seus efeitos, bem como as consequências da nova postura norte-americana de possível balanceamento entre os diferentes países do Oriente Médio. Novamente, acompanhar os rumos da política externa de Teerã e Washington é compreender a polarização e a situação securitária dessa região.

Ademais, dada à intensa dinâmica do Oriente Médio e a abrangência de temas presentes, diversas outras pesquisas colaborariam para o adensamento do estudo desta região. É necessário que se compreenda melhor o posicionamento e a estratégia de diversos atores envolvidos nesses conflitos regionais. A presença da Rússia, que iniciou ataques aéreos no território sírio ao lado do regime de al-Assad no dia 30 de setembro de 2015, deve ser melhor compreendida dados os impactos regionais e globais de suas ações. As respostas de Israel, Arábia Saudita e Turquia frente ao acordo nuclear e aos novos desenvolvimentos no conflito sírio também devem ser analisadas, especialmente no caso da Turquia decidir enviar uma operação militar com forças terrestres para a Síria. Em conjunto, diversas pesquisas podem colaborar para a compreensão dessa região tão estratégica e que atravessa um momento tão importante, o qual trará, sem dúvidas, alterações significativas para o Oriente Médio.

## REFERÊNCIAS

- ABOUZEID, Rania. **Syria's Secular and Islamist Rebels: Who Are the Saudis and Qataris Arming?** Time, 18 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://world.time.com/2012/09/18/syrias-secular-and-islamist-rebels-who-are-the-saudis-and-the-qataris-arming/>>.
- ABRAHAMIAN, Ervand. **A History of Modern Iran**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- AKBARZADEH, Shahram. **Obama in the Middle East: Failure to Bring Change**. Em: *America's Challenges in the Middle East*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011.
- AYOOB, Mohammed. The Arab Spring: Its Geostrategic Significance. **Middle East Policy**, v. XIX, n. 3, outono de 2012.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BARZEGAR, Kayhan. Iran's Foreign Policy in Post-Invasion Iraq. **Middle East Policy**, vol. XV, n. 4, inverno de 2008. Disponível em: <[http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/Barzegar\\_Middle\\_East\\_Policy\\_Winter\\_2008.pdf](http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/Barzegar_Middle_East_Policy_Winter_2008.pdf)>.
- BORGER, Julian. **Iran Nuclear Deal: the key points**. The Guardian, 14 de Julho de 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2015/jul/14/iran-nuclear-deal-key-points>>.
- BRZEZISNKI, Zbigniew. **Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power**. Nova York: Basic Books, 2012.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CEPIK, Marco; MACHADO, Felipe. O Commando do Espaço na Grande Estratégia Chinesa: Implicações para a Ordem Internacional Contemporânea. **Carta Internacional**, v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/42>>.
- CHUBIN, Shahram. **Iran and the Arab Spring: Ascendancy Frustrated**. Gulf Research Center, setembro de 2012. Disponível em: <[http://carnegieendowment.org/files/Iran\\_and\\_Arab\\_Spring\\_2873.pdf](http://carnegieendowment.org/files/Iran_and_Arab_Spring_2873.pdf)>.
- COCKBURN, Patrick. **The Rise of Islamic State: ISIS and the new Sunni revolution**. Londres: Verso, 2015.
- CORDESMAN, Anthony. **US-Iranian Competition: The Gulf Military Balance – I. The Conventional and Asymmetric Dimensions**. Center for Strategic & International Studies, janeiro de 2014. Disponível em: <[http://csis.org/files/publication/140131\\_Cordeman\\_GulfMilitaryBalance\\_VolumeI\\_Web.pdf](http://csis.org/files/publication/140131_Cordeman_GulfMilitaryBalance_VolumeI_Web.pdf)>.

DEGHANPISHEH, Babak. **Iran's men in Baghdad**. Bagdá: Reuters Special Report, 12 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://graphics.thomsonreuters.com/14/11/MIDDLEEAST-CRISIS:IRAN.pdf>>.

DeYOUNG, Karen; SLY, Liz. **Syrian rebels get influx of arms with gulf neighbors' money, U.S. coordination**. The Washington Post, 15 de maio de 2012. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/world/national-security/syrian-rebels-get-influx-of-arms-with-gulf-neighbors-money-us-coordination/2012/05/15/gIQAds2TSU\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/national-security/syrian-rebels-get-influx-of-arms-with-gulf-neighbors-money-us-coordination/2012/05/15/gIQAds2TSU_story.html)>.

EHTESHAMI, Anoushiravan. **The Foreign Policy of Iran**. Em: The Foreign Policies of Middle East States. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002.

EUA (Estados Unidos da América). **National Security Strategy 2010**. The White House, maio de 2010. Disponível em: <[https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **Remarks by the President at the United States Military Academy Commencement Ceremony**. The White House, 28 de maio de 2014. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/05/28/remarks-president-united-states-military-academy-commencement-ceremony>>.

FRIEDMAN, George. **The Emerging Doctrine of the United States**. Stratfor, 9 de outubro de 2012. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/weekly/emerging-doctrine-united-states>>.

\_\_\_\_\_. **The Next Decade**. Nova York: Double Day, 2011.

FULTON, Will; HOLLIDAY, Joseph; WYER, Sam. **Iranian Strategy in Syria**. Institute for the Study of War (ISW), maio de 2013. Disponível em: <<http://www.understandingwar.org/sites/default/files/IranianStrategyinSyria-1MAY.pdf>>.

GARDNER, David. **Last Chance: The Middle East in the Balance**. Londres: I. B. Tauris, 2012.

GAUSE III, F. Gregory. **Beyond Sectarianism: The New Middle East Cold War**. Doha: Brookings Doha Center: Brookings Doha Center Analysis Paper, n. 11, julho de 2014. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2014/07/22-beyond-sectarianism-cold-war-gause/english-pdf.pdf>>.

GERGES, Fawaz A. **Obama and the Middle East: the end of America's moment?** Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

GOODARZI, Jubin M. **Syria and Iran: diplomatic alliance and power politics in the Middle East**. Londres: I. B. Tauris, 2009.

GUIMARÃES, Bruno Gomes; MÜLLER, Marcelo Scalabrin. **Iran Joins ISIS Fight**. The Diplomat, 9 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/12/iran-joins-isis-fight/>>.

GUZANSKY, Yoel; NEUBAUER, Sigurd. **Saudi Arabia and Iran's Uneasy Friendship**. Foreign Affairs, 28 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2015-01-28/saudi-arabia-and-irans-uneasy-friendship>>.

HASHIM, Ahmed S. The Islamic State: from al-Qaeda Affiliate to Caliphate. **Middle East Policy**, v. XXI, n. 4, inverno de 2014.

HEYDARIAN, Javad. **Iran Gets Close to Iraq**. The Diplomat, 24 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2012/01/iran-gets-close-to-iraq/>>.

HINNEBUSCH, Raymond. **The International Politics of the Middle East**. Manchester: Manchester University Press, 2003.

HIRST, David. **Beware of Small States: Lebanon, battleground of the Middle East**. Nova York: Nation Books, 2010.

HOLLIDAY, Joseph. **The Struggle For Syria in 2011: an Operational and Regional Analysis**. Institute for the Study of War (ISW): Middle East Security Report 2, dezembro de 2011. Disponível em: <[http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Struggle\\_For\\_Syria.pdf](http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Struggle_For_Syria.pdf)>.

IHS JANE'S. **Free Syrian Army (FSA)**. Group Profile, IHS, 2014.

INSTITUTE FOR THE STUDY OF WAR (ISW). **ISIS Sanctuary Map: May 20, 2015**. ISW, 20 de maio de 2015. Disponível em: <<http://iswresearch.blogspot.com.br/2015/05/isis-sanctuary-map-may-20-2015.html>>.

JIANGUO, Qi. **An Unprecedented Great Changing Situation: Understanding and Thoughts on the Global Strategic Situation and Our Country's National Security Environment**. CNA Analysis & Solutions, abril de 2013.

KARAMI, Arash. **Ayatollah Khamenei Defends Negotiators, Warns of 'Smiling' Enemies**. Iran Pulse, 3 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://iranpulse.al-monitor.com/index.php/2013/11/3173/khamenei-defends-negotiators-warns-of-smiling-enemies/>>.

KATZMAN, Kenneth. Congressional Research Service. **Iran Sanctions**. Washington: Federation Of American Scientists, 2013. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RS20871.pdf>>.

KECK, Zachary. **The Geopolitics of a US-Iran Détente**. The Diplomat, 20 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2013/11/the-geopolitics-of-a-us-iran-detente/>>.

KHANNA, Parag. **O Segundo Mundo: impérios e influência na nova ordem global**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

KHOURY, Nabeel A. The Arab Cold War Revisited: the Regional Impact of the Arab Uprising. **Middle East Policy**, v. XX, n. 2, verão de 2013.

KINZER, Stephen. **Reset Middle East**. Londres: I. B. Tauris, 2011.

KISSINGER, Henry. **World Order**. Nova York: Penguin Press, 2014.

LAYNE, Christopher. From Preponderance to Offshore Balancing: America's Future Grand Strategy. **International Security**, vol. 22, n.1, verão de 1997.

LEVERETT, Flynt; LEVERETT, Hillary. **Going to Tehran: Why the United States Must Come to Terms with the Islamic Republic of Iran**. Nova York: Metropolitan Books, 2013.

MEARSHEIMER, John. **Imperial by Design**. National Interest, n. 111, janeiro/fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0059.pdf>>.

MOHNS, Erik; BANK, André. Syrian Revolt Fallout: End of the Resistance Axis? **Middle East Policy**, v. XIX, n. 3, outono de 2012.

MONSHIPOURI, Mahmood; DORRAJ, Manochehr. Iran's Foreign Policy: a Shifting Strategic Landscape. **Middle East Policy**, v. XX, n. 4, inverno de 2013.

MOUSSAVIAN, Seyed Hossein. **Iran and the United States**. Londres: Bloomsbury, 2014.

NAPOLEONI, Loretta. **A Fênix Islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

NASR, Vali. **The Shia Revival: How Conflicts within Islam Will Shape the Future**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2006.

O'BAGY, Elizabeth. **Jihad in Syria**. Institute for the Study of War (ISW): Middle East Security Report 6, setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Jihad-In-Syria-17SEPT.pdf>>.

PARSI, Trita. **A Single Roll of the Dice: Obama's Diplomacy with Iran**. Yale: Yale University Press, 2012.

\_\_\_\_\_. **Treacherous Alliances: The Secret Dealings of Israel, Iran and the United States**. Yale: Yale University Press, 2007.

POLLACK, Kenneth. **The Persian Puzzle: the conflict between Iran and America**. Nova York: Random House Trade Paperbacks, 2005.

PORTER, Patrick. **Sharing Power? Prospects for a U.S. Concert-Balance Strategy**. Carlisle: Strategic Studies Institute (SSI), abril de 2013.

REGAN, Tom. **Report: Cheney Rejected Iran's Offer of Concessions in 2003**. The Christian Science Monitor, 18 de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/2007/0118/p99s01-duts.html>>.

ROCHE, Alexandre. Tensões da Primavera do mundo árabe-sunita: entre o wahhabismo conservador e o espírito crítico, entre a política do petróleo e a independência econômica. **Revista FAPA Ciências & Letras**, n. 51, janeiro-junho de 2012. Disponível em: <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/136/132>>.

ROSTAMI-POVEY, Elaheh. **Iran's Influence**. Londres: Zed Books, 2010.

ROUHANI, Hassan. **President of Iran Hassan Rouhani: Time to Engage**. The Washington Post, 19 de setembro de 2012. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/opinions/president-of-iran-hassan-rouhani-time-to-engage/2013/09/19/4d2da564-213e-11e3-966c-9c4293c47ebe\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/opinions/president-of-iran-hassan-rouhani-time-to-engage/2013/09/19/4d2da564-213e-11e3-966c-9c4293c47ebe_story.html)>.



SCHWARTZ, Felicia. **After Congress Fails to Disapprove, Administration Starts Moving on Iran Deal.** The Wall Street Journal, 18 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/after-congress-fails-to-disapprove-administration-starts-moving-on-iran-deal-1442579536>>.

SHERRILL, Clifton W. Why Hassan Rouhani Won Iran's 2013 Presidential Election. **Middle East Policy**, v. XXI, n. 2, verão de 2014.

SIMIONATO, Guilherme Henrique; MARASCHIN, Natália Regina Colvero. The Situation in Iraq. **UFRGS Model United Nations Journal**, v. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2014/files/UNSC2.pdf>>.

STRATFOR. **Despite Competing Interests, the United States Will Need Iran to fight the Islamic State.** Stratfor Global Intelligence, 24 de setembro de 2014a. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/analysis/despite-competing-interests-united-states-will-need-iran-fight-islamic-state>>.

\_\_\_\_\_. **Nuclear Deal is Reached With Iran.** Stratfor Global Intelligence, 24 de novembro de 2013. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/analysis/nuclear-deal-reached-iran>>.

\_\_\_\_\_. **In Iraq, the United States and Iran Align Against the Islamic State.** Stratfor Global Intelligence, 20 de agosto de 2014b. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/analysis/iraq-united-states-and-iran-align-against-islamic-state>>.

TAKEYH, Ray. **Guardians of the Revolution: Iran and the World in the Age of Ayatollahs.** Oxford: Oxford University Press, 2009.

TERRILL, W. Andrew. **The Saudi-Iranian Rivalry and the Future of Middle East Security.** Carlisle: Strategic Studies Institute (SSI), dezembro de 2011.

THE WORLD BANK (TWB). **World Data Bank.** Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>>.

UNIVERSITY OF TEXAS. The Situation in Syria. Austin: 18 de janeiro de 2014. Disponível em: <<https://pietervanostaeyen.files.wordpress.com/2015/01/2000px-syria-0.png>>.

U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). **Sanctions reduced Iran's oil exports and revenues in 2012.** Disponível em: <<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=11011>>.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Grande Oriente Médio: da Descolonização à Primavera Árabe.** Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Oriente Médio e Afeganistão: um Século de Conflitos.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; ROBERTO, Willian Moraes. As consequências da crise na Síria para o Irã: impactos para sua estratégia regional e no Eixo de Resistência. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/3658/3573>>.

WEHREY, Frederic. Uprisings Jolt the Saudi-Iranian Rivalry. **Current History**, vol. 110, n. 740, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://faculty.bemidjistate.edu/mlawrence/Wehrey.pdf>>.

WEHREY, Frederic; KAYE, Dalia Dassa; WATKINS, Jessica; MARTINI, Jeffrey; GUFFEY, Robert A. **The Iraq Effect: The Middle East After the Iraq War**. Washington: RAND Corporation, 2010. Disponível em: <[http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2010/RAND\\_MG892.pdf](http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2010/RAND_MG892.pdf)>. (Digital, online).

WEISS, Michael; HASSAN, Hassan. **Estado Islâmico: desvendando o Exército do Terror**. São Paulo: Seoman, 2015.

WILKIN, Sam; SHARAFEDIN, Bozorgmehr. **Iran parliament approves nuclear deal bill in victory for Rouhani**. Reuters, 13 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2015/10/13/us-iran-nuclear-parliament-idUSKCN0S70F220151013#vepEIxTXbtM02MVM.97>>.

ZARIF, Mohammad Javad. What Iran Really Wants: Iranian Foreign Policy in the Rouhani Era. **Foreign Affairs**, v. 93, n. 3, maio/junho de 2014.